



## UMA TERCEIRA MARGEM PARA O RIO DA VERDADE PROFUNDA<sup>1</sup>

### A THIRD BANK FOR THE RIVER OF DEEP TRUTH

Alfredo Attié<sup>2</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7854-7696>

Submissão: 30/08/2023

Aprovação: 09/09/2023

#### RESUMO:

A partir da reconstrução histórica da conformação cultural e ambiental do Vale do Rio Tietê, o artigo aponta os aspectos essenciais da crise que corresponde a sua poluição e o seu abandono e aos problemas que os causaram e que causam, sobretudo para os povos e cidades ribeirinhos, envolvendo questões de emprego de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável. A solução para a crise é indicada por meio da construção de um método po(i)ético de análise, narrativa e reconstrução ambiental e cultural.

<sup>1</sup> Tradução parcial e atualização de um dos projetos desenvolvidos pelo autor, Alfredo Attié, para a compreensão e solução de conflitos ambientais e culturais, domésticos e internacionais, no Sudeste Asiático, em 2019.

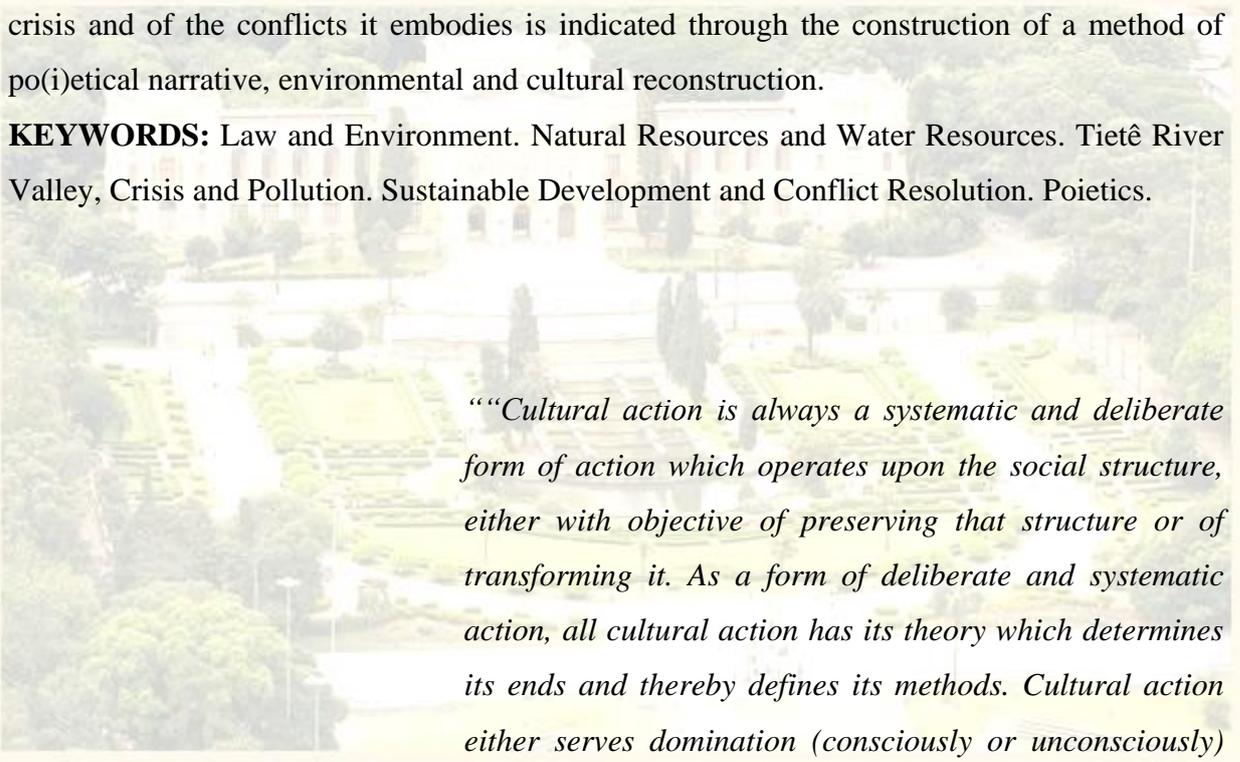
<sup>2</sup> Jurista, filósofo e escritor, Doutor em Filosofia da Universidade de São Paulo, onde estudou direito e história. É Presidente da Academia Paulista de Direito e Titular da Cadeira San Tiago Dantas, na qual sucede a Goffredo da Silva Telles Jr. Autor dos livros *Brasil em Tempo Acelerado: Política e Direito* (São Paulo: Tirant Brasil, 2021), e *Towards International Law of Democracy* (Valencia: Tirant Lo Blanch, 2022). Escreveu, ainda, *A Reconstrução do Direito: Existência. Liberdade, Diversidade* (Porto Alegre: Fabris, 2003), publicação de estudo pioneiro (*Sobre a Alteridade: Para uma Crítica da Antropologia do Direito*, São Paulo: USP, 1987), a respeito do tema da alteridade e de crítica à antropologia do direito e à permanência do colonialismo, *Montesquieu* (Lisboa: Chiado, 2018), estudo também pioneiro (*Tópica das Paixões e Estilo Moraliste*, São Paulo: USP, 2000), sobre a vinculação de estilo e projeto político, no século das Revoluções e do nascimento do Constitucionalismo, *Direito Constitucional e Direitos Constitucionais Comparados* (São Paulo: Tirant, 2023), proposta diversa de abordagem do direito constitucional, a partir de uma concepção original de constituição e do direito internacional e comparado, onde a perspectiva indígena e africana ocupa um lugar mais central, e *Ponto Contraponto: Direito e Economia na Pulsação Civilizacional*. São Paulo: Tirant, 2024 (no prelo), estudo crítico sobre as relações entre direito, economia e política. Também é Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela FD.USP, e em Direito Comparado pela Cumberland School of Law. Foi Procurador do Estado de São Paulo e Advogado, Juiz de Direito, exerce a função de desembargador na Justiça paulista. É Conselheiro da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo. É membro de instituições internacionais. Site: <http://apd.org.br>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8117126316669740>. E-mail: [aattiejr@gmail.com](mailto:aattiejr@gmail.com) - **Ark:/80372/2596/v13/004**

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito e Meio Ambiente. Recursos Naturais e Recursos Hídricos. Vale do Rio Tietê, Crise e Poluição. Desenvolvimento Sustentável e Resolução de Conflitos. Poética.

**ABSTRACT:**

Trying to retrace the cultural and environmental configuration of the Tiete Valley, the article points out the essential aspects of the crisis, which correspond to its pollution and its abandonment, and the problems generated by both pollution and abandonment that it generates, especially for the populations, businesses, cities, and surrounding communities, involving issues of natural resource use and sustainable development. The solution to the crisis and of the conflicts it embodies is indicated through the construction of a method of po(i)etical narrative, environmental and cultural reconstruction.

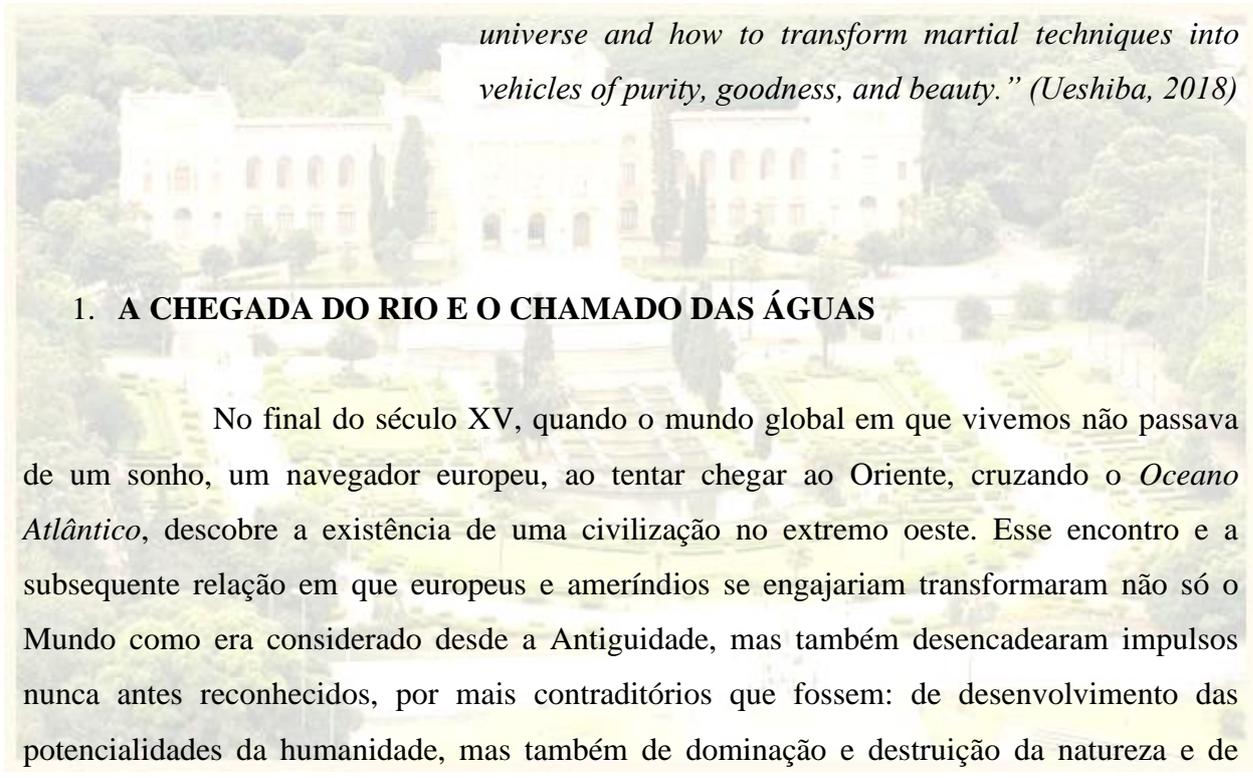
**KEYWORDS:** Law and Environment. Natural Resources and Water Resources. Tietê River Valley, Crisis and Pollution. Sustainable Development and Conflict Resolution. Poetics.



*““Cultural action is always a systematic and deliberate form of action which operates upon the social structure, either with objective of preserving that structure or of transforming it. As a form of deliberate and systematic action, all cultural action has its theory which determines its ends and thereby defines its methods. Cultural action either serves domination (consciously or unconsciously) or it serves the liberation of men and women. As these dialectically opposed types of cultural action operate in and upon the social structure, they create dialectical relations of permanence and change. The social structure, in order to be, must become; in other words, becoming is the way the social structure expresses duration.” (Freire, 2000, p. 179)*

*“Sprache ohne Anschauung ist nicht denkbar, Anschauung in der Natur ohne Sprache nicht fruchtbar, und Anschauung und Sprache ohne Liebe führt in der Natur nicht zu dem, was die Ausbildung unseres Geschlechts menschlich macht.... Der Mensch wird zum Menschen, indem er sein Herz, seine handwerklichen Fähigkeiten und seinen Geist bildet.” (Pestalozzi, vol. 13)*

*“All of life is circle, endlessly revolving ... The true warrior learns how to correctly perceive the activity of the universe and how to transform martial techniques into vehicles of purity, goodness, and beauty.” (Ueshiba, 2018)*



## 1. A CHEGADA DO RIO E O CHAMADO DAS ÁGUAS

No final do século XV, quando o mundo global em que vivemos não passava de um sonho, um navegador europeu, ao tentar chegar ao Oriente, cruzando o *Oceano Atlântico*, descobre a existência de uma civilização no extremo oeste. Esse encontro e a subsequente relação em que europeus e ameríndios se engajariam transformaram não só o Mundo como era considerado desde a Antiguidade, mas também desencadearam impulsos nunca antes reconhecidos, por mais contraditórios que fossem: de desenvolvimento das potencialidades da humanidade, mas também de dominação e destruição da natureza e de outros seres humanos. Esse processo seria denominado colonização e instalaria uma civilização de exploração de culturas e de recursos naturais, desconsiderando sua preservação.

Poucos anos depois de Colombo chegar à parte central do Novo Continente, logo no início do século XVI, os exploradores portugueses trariam seus navios para o sul, na área onde se fundaria a civilização brasileira. Não se pode desconsiderar o fato de que o nome *Brasil*<sup>3</sup> não veio do *Tupinambá* - língua falada pelos nativos predominantes do Litoral da Nova Terra -, mas foi referido ao *Paubrasilia Equinata*, ou pau- *brasil*, uma árvore da espécie *Caesalpineia*, da qual se poderia extrair madeira, um produto importante para o comércio

---

<sup>3</sup> na ortografia moderna, *Brasil*

internacional, especificamente para o tingimento de seda e outros produtos têxteis. Quando os exploradores portugueses encontraram essas árvores na costa da América do Sul, eles a reconheceram como um parente daquelas espécies de *Caesalpineia do sul e sudeste asiático* que já eram usadas na Europa para tintura, <sup>4</sup>o *Sappanwood* ou *Brezelwood*, <sup>5</sup>que se tornaria o português *Pau-brasil*.<sup>6</sup>

As árvores sul-americanas logo se tornaram a melhor fonte de corante vermelho. O pau-brasil<sup>7</sup> era uma parte tão grande das exportações e da economia da terra, que o país que nasceu naquela parte do mundo tomou o nome dele, e não, como seria de esperar, do nome de um santo, um símbolo cristão sagrado, ou um membro da dinastia real. Assim, mostrando algo como um mero sentido funcional e bastante pragmático da terra recém-descoberta, a palavra *Brasileiro*<sup>8</sup> designaria os portugueses ligados à nova terra. Toneladas de pau-brasil entre outras plantas seriam cortadas, a ponto de toda a *Floresta Atlântica*, um dos principais<sup>9</sup> habitats de biodiversidade do mundo, chegar a ser reduzida a cerca de apenas 12% de seus 1,5 milhão de km<sup>2</sup> originais ou 933 mil milhas <sup>2</sup> de extensão, ao longo da costa sul-americana, abrangendo climas tropicais, subtropicais e temperados.

*A Mata Atlântica é o lugar onde começa a história do Rio Tietê.*

Para entender a geografia é preciso entender as condições em que os europeus chegaram ao território brasileiro. Alcançando pelo Oceano Atlântico a área litorânea do que viria a ser o território paulista, no sudeste do Brasil, enfrentariam não apenas o longo córrego da bela praia, mas principalmente a enorme Serra do Mar,<sup>10</sup> vasta área de *Mata Atlântica*. Embora a formação das montanhas seja antiga, considerando o tempo geológico, a barreira

<sup>4</sup> “madeira sappan , sappan (1617), do holandês: sapanhout - sapon (1598), do português: sapão (c.1570), do malaio: sapang , do malaiala: shâmpañkan - cappannam , do tâmil: cappañki-maram , cãppañkañtai , aceso. pau-brasil, também chamado de vattékku , a árvore brezel -wood , *Caesalpineia sappan* , uma árvore nativa do sul da Índia e da Malásia.” Senthil Kumar. Um dicionário etimológico de palavras de empréstimo Tamil em inglês, Hindi, Sânscrito, Grego, Minoan e Cypro-Minoan Languages. A4, 2ª ed., 2018, p. 111.

<sup>5</sup> *brezel* é derivado de *brasa* (brasa), formado do latim medieval *brasa*, do francês antigo *breze* (braise , braise , *carvão* incandescente ) , por sua vez do germânico ocidental *brasa* .

<sup>6</sup> *Biancaea sappan* é uma espécie de árvore florida da família das leguminosas, *Fabaceae*, nativa da Ásia tropical. Os nomes comuns em inglês incluem *sappanwood* e *sequóia* indiana. O *alburno* está relacionado ao pau-brasil (*P. echinata* ), e foi originalmente chamado de *brezel - wood* na Europa. Esta planta tem muitos usos. Produz um valioso corante avermelhado chamado *brasilina* , usado para tingir tecidos, além de fazer tintas e tintas vermelhas. Lascas de cerne são usadas para fazer água potável à base de plantas em várias regiões, como Kerala e Java Central, onde geralmente é misturada com gengibre, canela e cravo. A madeira é um pouco mais clara que o pau-brasil e outras árvores relacionadas. *Sappanwood* foi um importante bem comercial durante o século 17, quando foi exportado de nações do Sudeste Asiático (especialmente Sião) a bordo de navios de focas vermelhas para o Japão.

<sup>7</sup> que os nativos chamavam de *Ibirapitanga* ou *ybra pytã* , que significa *madeira vermelha* .

<sup>8</sup> *Brasileiro* - nome que designava os comerciantes, bem como as pessoas envolvidas no negócio, e o próprio negócio de extração e venda da *sequóia*.

<sup>9</sup> *Mata Atlântica Neotropical* ou simplesmente *Floresta Tropical* ou *Mata Atlântica*

<sup>10</sup> *Serra do Mar*.

formada pela Serra foi um grande desafio para os recém-chegados alcançarem e ultrapassarem: uma cerca natural proeminente, com *cerca de* 1000 metros ou 620 milhas de altura, caindo quase abruptamente na direção da praia e do mar.

Talvez os exploradores tenham proposto a si mesmos a pergunta, se valeria a pena superar aquela *Grande Muralha*, como eles chamariam a Serra. Por fim, a maioria deixaria de lado a região e tentaria chegar ao novo continente por áreas mais acessíveis, localizadas mais a Nordeste do País, onde estabeleceriam a primeira capital da nova colônia, na Bahia de São Salvador, onde a formação de corais fornece um porto seguro para as embarcações, e os nativos não eram tão agressivos quanto os povos do Sudeste.

Alguns exploradores, no entanto, permaneceriam e fundariam a primeira cidade do futuro País, *São Vicente*, na ilha próxima ao continente. Outros enfrentariam a empreitada e, superando tantas dificuldades, chegariam ao alto da serra, onde encontrariam o planalto de *Piratininga*.<sup>11</sup> Os jesuítas estavam entre eles, e estabeleceriam na área um Colégio e passariam a ensinar não só os colonizadores, mas principalmente os indígenas, a quem tentavam converter à religião católica. Eles fundaram uma nova vila e a chamaram de *São Paulo dos Campos de Piratininga*, que vem a ser um local onde, bem próximo de sua nascente,<sup>12</sup> o rio *Tietê* recebe as águas de importantes afluentes, o *Pinheiros* e o *Tamanduateí*. Não podiam prever que o pequeno local, na confluência dos três rios que haviam escolhido, se tornaria a cidade mais importante do Brasil e até da América Latina, fundada, ironicamente, ao contrário de outras grandes cidades do mundo, não no delta, mas na nascente do rio. O fato era inimaginável, pois, apesar da proximidade da orla costeira, e da grande altitude, o Rio não corria diretamente na direção do mar, mas, dando as costas para a orla costeira, a corrente de água percorria toda a o território do futuro estado, 1.100 km ou 684 milhas, em direção ao *rio Paraná* - no Centro-Oeste do País -, com seus 4.900 km ou 3.045 milhas de extensão, que finalmente voltaria ao sul no *Atlântico*, através do *estuário do Rio da Prata*, localizado entre os futuros países da Argentina e do Uruguai.

Devido a essa inusitada feição geográfica do Rio, ele seria utilizado no processo de colonização do Brasil, criando em torno do *Tietê* uma rica cultura e espalhando ao longo dele importantes sítios, refletindo não apenas as características do nativo e as sucessivas ondas de colonizadores, mas também os conflitos que surgiriam entre eles, que constituem o cerne da história brasileira.

---

<sup>11</sup>da palavra *tupinambá piratinina* que significa *peixe seco*.

<sup>12</sup>Na Serra do *Sabauna*, na divisa das *bacias dos rios Tietê e Paraíba Sul*.

Os exploradores luso-brasileiros chamavam de *monções* as expedições de travessia do rio, pelo fato de serem planejadas para aproveitar as estações das cheias do rio. De fato, o movimento das águas lembra a estação das monções no sul e sudeste da Ásia, quando o vento reverso sazonal é acompanhado por mudanças correspondentes na precipitação.

*Tiete* significa na língua *tupinambá*, *verdade profunda*. Assim, o *Rio da Verdade Profunda* conduziria o fluxo da história do Brasil para o *sertão* do País,<sup>13</sup> por meio da empreitada dos colonizadores, que, paradoxalmente, pelo mesmo processo colonizador, se misturaram com os indígenas, por meio de casamentos, se apoderaram de suas técnicas e cultura, ao mesmo tempo que os escravizavam, explorando seu trabalho e habilidades para forjar uma civilização forçosamente distante da concepção da Pátria Portuguesa, cuja sede de governo e esfera de interesse se localizava mais ao norte, em cuja costa constituiriam-se os futuros estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, no Nordeste brasileiro.

Mais tarde, a partir do século XIX, o Estado de São Paulo se tornaria o centro da economia brasileira - com a disseminação, por sua vez, das culturas da cana-de-açúcar, do algodão e do café e, a partir do início do século XX, a forte industrialização; educação e cultura - com a fundação dos primeiros Colégios Brasileiros, e após a Independência do País, em 1822, a primeira escola de Direito, e a Universidade de São Paulo, no século XX, e outras importantes instituições de ensino e cultura, colégios, academias, sem falar no movimentos culturais importantes, como o *Movimento Modernista*; política, com a prevalência da elite paulista no governo do País, no início do século XX, na política de *clube de elites* agrárias da República Velha, e o importante papel desempenhado pelo povo, intelectuais, estudantes e classe trabalhadora do Estado na redemocratização do País, durante a década de 1980, e a fundação dos dois mais importantes partidos políticos brasileiros, e a importante contribuição

---

<sup>13</sup>Uma região cheia de desafios e rica em significados profundos, mitos e lendas, na verdade em antítese a algumas outras partes do País, que permaneceriam, desde a época colonial, presas à costa enganosamente superficial. O escritor Guimarães Rosa faria amplo uso da ideia de *sertão* como metáfora para descrever e compreender as experiências humanas: “o sertão é tema da literatura brasileira quase desde seus primórdios. Na ficção tem sido representado como um deserto, um sertão pecuário que é um repositório de tradições ancestrais e de línguas e costumes antigos. Para Guimarães Rosa, o Sertão era certamente muito mais do que um conceito geográfico ou sociológico. Era uma noção cultural, mas, mais do que qualquer outra coisa, era pura literatura. Guimarães Rosa contribuiu para fazer do Sertão uma paisagem literária, da mesma forma que outros escritores brasileiros como José de Alencar, Euclides da Cunha e Graciliano Ramos haviam feito antes dele. Para ele, o Sertão não era a face do país em lenta mudança, mas uma matriz, onde o reencantamento do mundo ainda era possível. O Sertão, palavra de origem desconhecida que aparentemente vem de deserto, desafia uma definição precisa. Riobaldo, o narrador e protagonista de Grande Sertão: Veredas, insiste uma e outra vez em sua natureza elusiva, mas abrangente... expressão extraordinária”. Sandra GT Vasconcelos. “A Magia das Palavras: João Guimarães Rosa e o Sertão” em Estudos Portugueses Vol. 12 (1996), Cambridge, Reino Unido, p. 164-165.

e conquistas dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no final do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Nesse processo, a cidade de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado de São Paulo receberiam um enorme contingente de imigrantes, vindos de quase todas as regiões da Europa e da Ásia, que pretensamente sucederiam o afro-brasileiro como força de trabalho, após a abolição meramente formal da escravidão, em 1888.

A evolução da maior parte desses fatos ocorreu, como se pode imaginar, ao redor do Rio. Independentemente dessas conquistas, ou mesmo refletindo sua natureza, causas e consequências contraditórias ou profundas, o *Tietê* tornou-se o contraste direto delas.

Lidando com a natureza paradoxal e conflituosa desse descaso com o Rio, que reflete o descaso com os recursos naturais em geral e os processos culturais do Brasil, gostaria de construir minha análise de conflito e de crise aparentemente permanentes, levando em consideração o importante papel do pano de fundo histórico que mencionei.

O leitor pode tomar minha narrativa como uma reflexão sobre uma história que ainda está em construção, como uma metáfora para a realidade brasileira, ou mesmo como uma ficção correspondente a um desejo de que a solução do quebra-cabeça oferecida pelos conflitos em torno do *Rio da Verdade Profunda* também resolva os dilemas brasileiros e preparar os brasileiros para enfrentar com coragem seu destino pacífico e próspero entre as nações e os povos em um mundo sem fronteiras.

## 2. A ANÁLISE DE CONFLITOS

*“Viver é um negócio perigoso ... Porque ainda somos ignorantes. Porque aprender a viver é viver em si.”<sup>14</sup>*

A história e as experiências vividas pelo Brasil estão muito entrelaçadas com a natureza. Alguns dos melhores romances brasileiros, como *O Diabo a Pagar no Sertão*, de João Guimarães Rosa, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ou o de José de Alencar, *Iracema*, para pegar três diferentes interpretações dos mitos fundacionais brasileiros, faz uso extensivo dos fenômenos naturais como personagens, como se fossem capazes de dar à própria vida dos personagens humanos um sentido de sua existência. O modo de pensar brasileiro torna-se uma espécie de mecanismo de compensação ao pragmatismo da vida cotidiana, captando aspectos

<sup>14</sup>João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas, 1956, 1963.

ocultos ou invisíveis das relações humanas, principalmente aquelas envolvidas no trato com a própria natureza. Nos romances citados, a natureza é sempre chamada como meio de restabelecer o equilíbrio da vida. Os brasileiros sempre contaram com as forças da natureza. Mesmo sua religiosidade está mais ligada a essas forças concretas (ou a crença em sua existência e eficácia) do que com algum pensamento abstrato de uma entidade superior. Não obstante o fato de a maioria dos brasileiros se declararem membros da Igreja Católica (apesar do crescimento da fé protestante ou evangélica), há uma longa distância entre a mera declaração formal e o real apego a algum tipo de crença.

Partindo desse importante pressuposto, pode-se imaginar o quão conturbado pode ser o fato de que pontos de referência naturais cruciais – que representam no final das contas a própria base da cultura –, durante o processo de desenvolvimento econômico, perdem valor, deixando espaço para incertezas, insegurança, insatisfação, deslocamento,<sup>15</sup> ressentimentos, queixas,<sup>16</sup> conflitos não resolvidos.

Foi exatamente isso que aconteceu com a Bacia do *Rio Tietê*. Desde o início de sua história até meados do século XX, o Rio não só foi celebrado na arte e na literatura brasileira, mas era um membro familiar do cotidiano dos habitantes de São Paulo, Brasil e suas regiões. Atividades esportivas e de lazer como natação, canoagem, mergulho; meios de subsistência ou sustento, pela pesca e irrigação de áreas agrícolas, transporte fluvial, abastecimento de água, até mesmo abastecimento de energia, e outras atividades eram naturalmente vivenciadas pela população até o momento em que a poluição do rio se tornou abruptamente tão aguda, a ponto de o estilo de vida teve que ser mudado sem tempo para assimilar, até mesmo para compreender. A relação entre o Rio e o povo ficou fragmentada. O povo foi privado de uma parte substancial de sua existência.

Tentar entender os conflitos decorrentes dessa situação que perdura até hoje, descobrir causas, consequências, descobrir paixões nos bastidores, transformar posições em interesses, tentar colocar questões e apresentar recomendações, é uma forma de recuperar o fio da meada de uma intensa experiência tola de múltiplos significados, carregando sentimentos plurais.

---

<sup>15</sup>Tanto no sentido material quanto no espiritual. Isso resulta na presença constante e na vivência avassaladora na paisagem e no cotidiano das cidades dos sem-teto, do campo, dos sem-terra. Um enorme contingente de pessoas que vagam indisciplinadas, ou permanecem paralisadas. A experiência de seu profundo sofrimento e luta pela sobrevivência, bem como para se tornar visível, permanece introjetada na cultura brasileira e leva a uma constante angústia. Uma sensação de esgotamento moral, de que nada foi feito e, o pior de tudo, de que nada pode ser feito, que podemos descrever como paralisia moral.

<sup>16</sup> O vazio da propriedade se duplica no vazio da existência. Esse corpo de sentimentos é compartilhado por eles e por quem os vê, mesmo por quem finge não os ver.

O primeiro passo é uma tentativa de ressignificar a complexidade da história e das relações.

### 3. NARRATIVA DA QUESTÃO TENTANDO ENTENDER POSIÇÕES E DESCOBRIR INTERESSES

O Rio Tietê e sua Bacia fornecem meios de subsistência para quatro regiões diferentes.

Habitantes de cidades de diferentes portes, grandes e pequenos agricultores e pescadores dependem do rio para irrigar suas lavouras e alimentar seu gado. Mas há conflitos que se desenvolveram entre diferentes grupos nas quatro regiões em relação aos resíduos domésticos e industriais e à poluição do rio e quem é responsável por sua limpeza.

A parte mais alta das quatro regiões, a Região I corresponde à Região Metropolitana da Cidade de São Paulo, capital do Estado, sede do setor de serviços, que caracteriza a economia contemporânea, e um importante parque industrial composto por grandes empresas cujas instalações estão localizadas próximas às margens dos rios *Tietê e Pinheiros*. Os principais responsáveis pelo esgoto no rio são as Fábricas do Setor Automotivo e outras fábricas, bem como os esgotos domésticos oriundos de ocupações irregulares das margens dos Rios e da *Lagoa* ou *Reservatório Billings*.

A parte média da Bacia corresponde à Região II, considerada de importante papel simbólico, com muitos patrimônios culturais que apontam as origens da colonização brasileira e a construção de sua civilização. Existem, no entanto, várias fábricas na região, algumas delas produtoras de papel, responsáveis pelo desmatamento na área; refinarias e fazendas de cana-de-açúcar, que são compostas pelo setor agroindustrial, e produzem etanol. O cultivo de cana-de-açúcar para a indústria do etanol como cultura de rendimento assumiu seriamente a produção de outras culturas. No entanto, as propriedades de médio e pequeno porte continuam produzindo grãos como soja, algodão, além de criar gado e outros animais.

A parte mais baixa da Bacia corresponde à Região III, onde se localiza uma importante *Barragem e Reservatório* (Complexo *Barra Bonita*), como meio de permitir a navegação pelas *Bacias* dos Rios *Tietê e Paraná*, auxiliando no escoamento de produtos

agrícolas ao *Rio da Prata*.<sup>17</sup> A Região III também é um local onde se desenvolveu o turismo rural, com belas paisagens.

A Região IV corresponde à Serra do *Mar* e à *Zona Costeira* do Estado, onde está localizado um importante *Porto* (*Porto de Santos*)<sup>18</sup> para a economia brasileira, e onde estão instaladas as Refinarias de Petróleo, na Zona Industrial das Cidades de *Cubatão* e *Santos*.

Em 1926, a *Represa Henry Borden* foi construída pela *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* entre a Região I e a Região IV, para fornecer energia para ambas as Regiões. que formou um lago para recreação e forneceu uma importante fonte de energia elétrica para o Parque Industrial Metropolitano, para a Cidade de Santos, onde está localizado o *Porto*, bem como para a Região Industrial e a Cidade de Cubatão. Para a construção dessa *Barragem*, foram necessárias obras de engenharia muito inovadoras e ousadas, entre elas, a reversão do curso da vazão do *Rio Pinheiros*, um dos principais afluentes do *Rio Tietê*. Isso foi realizado bloqueando seu fluxo natural através da construção de uma série de portões. No entanto, como resultado da densidade populacional crescente desenfreada da área ao longo das décadas, - a maioria pertencente à classe proletária, força de trabalho das Indústrias do Setor Automotivo - o lago/reservatório tornou-se tão poluído que a espuma tóxica se tornou desenfreada. A espuma tóxica é tão ruim que a população sofreu principalmente de doenças de pele e respiratórias e, o pior de tudo, crianças pequenas morreram de contato.

É relevante notar que a reversão do fluxo do *afluente do Tietê* levou não apenas a uma mudança na cultura do Rio, mas também trouxe para a influência da *Bacia do Tietê* uma região que naturalmente deveria ser concebida como sistema ecológico e cultural separado ou diverso: a *zona costeira*.

É bem aceito que a poluição do Rio é gerada por investimentos insuficientes dos setores público e privado da área na coleta de resíduos domésticos e industriais e no tratamento da água utilizada antes de ser despejada no *Rio Tietê* e seus afluentes.

Na década de 1990, o governo do Estado, por pressão política dos moradores e partidos políticos das Regiões I e IV, decidiu abrir a série de comportas, permitindo assim que o *Rio Pinheiros* voltasse ao seu curso natural desaguando no *Rio Tietê*. Essa solução teve muito apoio dos membros das comunidades da região metropolitana, mas resultou no envio de

<sup>17</sup> O *Rio da Prata*, na verdade, é o estuário dos rios *Paraná* e *Uruguai*.

<sup>18</sup> O *Porto de Santos* é o maior complexo portuário da América Latina e responde pela movimentação de quase um terço do comércio brasileiro.

todos os resíduos a jusante diretamente para a Região II e indiretamente para a Região III. Isso não foi bem recebido pelos habitantes dessas Regiões.

A Região II se opôs a essa ação, embora as próprias indústrias localizadas na Região II não tratem adequadamente os resíduos industriais em sua própria região e, na verdade, também sejam responsáveis por descarregar tanto os salários domésticos quanto os industriais no rio.

Além disso, como a Região II se considera menos desenvolvida economicamente que a Região I, ela apoia padrões mais baixos de controle da poluição em sua própria região.

A Região III começa a sofrer as consequências da decisão, pois a poluição se alastra na área, prejudicando as atividades turísticas, e até mesmo as atividades agropecuárias.

A Região IV também foi prejudicada pela interrupção da operação da Barragem e do fornecimento de energia. O mesmo problema atinge o setor industrial da Região I. Ambas as Regiões também foram afetadas pela perda de volume de água no *Billings*, comprometendo as atividades de lazer no *Lago* e o abastecimento de água do *Reservatório*.<sup>19</sup>

A situação geográfica das Regiões pode ser assim descrita:

Região I (Alto *Tietê* – Alto *Tietê*):

Da *Nascente do Rio* à Cidade de *Pirapora do Bom Jesus*, passando pela *Capital do Estado*, a Cidade de São Paulo e sua *Região Metropolitana*, com trecho de 250 km ou 156 milhas, e desnível de 350 metros ou 383 jardas;

Região II (Médio *Tietê* - Médio *Tietê*, e Médio *Tietê Inferior* – Médio *Tietê Inferior*):

Da cidade de *Pirapora do Bom Jesus* à cidade de *Laras*, no remanso do *Complexo Barra Bonita*, com trecho de 260 km 162 milhas ou milhas e desnível de 218 m ou 294 jardas (*Médio Tietê* )

E

Da *Cidade de Laras* às *Cachoeiras da Laje*, onde o *Rio* é quase todo canalizado através de uma série de barragens multiuso. Quando o *rio* corria livremente, era atravessado por

---

<sup>19</sup>O *Reservatório* ou *Lagoa* não é apenas resultado da vazão do *Rio Pinheiros*, mas constitui um sistema complexo, composto também por outros pequenos rios da região. Uma delas foi protegida da vinda da poluição da Região Metropolitana, e fornece água para a área local.

inúmeras corredeiras originadas pelo cruzamento de várias áreas basálticas rasas (*Tietê Médio Inferior*).

Região III (*Baixo Tietê*):

Da *Laje Cachoeiras* até o *Emissário do Rio Paraná*, ou *Delta do Tietê*, com trecho de 240 km ou 150 milhas, e desnível de 98 m ou 108 jardas.

Região IV (Serra e Baixada Santista):

Da *Foz do Rio Pinheiros* no *Rio Tietê* (e série de *comportas*) até a *Baixada Santista* ou *Região Litorânea*, passando pela *Represa Billings*, *Represa Henry Borden*, *Cubatão* e *Santos Cidades*, desaguando nos rios da *Bacia do Rio Cubatão e Baixada Santista*, e por eles no *Oceano Atlântico*. O trecho tem *cerca de 330 km* ou 206 milhas, e o desnível é *de cerca de 700 m* ou 766 jardas.

#### 4. O MARCO JURÍDICO

O Estatuto das Bacias Hidrográficas foi promulgado em 1996, como uma tentativa de descentralizar a administração dos Recursos Hídricos das diversas Bacias Hidrográficas do Estado.<sup>20</sup> Aparentemente, permite a participação da população das áreas, e dos representantes dos setores econômicos e da sociedade civil, por meio da criação de vários Conselhos, cada um deles correspondendo a uma Bacia, onde representantes do Setor Governamental (Estado e Municípios), nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos pelos Prefeitos têm assento ao lado de representantes escolhidos pelas comunidades, e membros das Empresas Estatais e/ou Órgãos responsáveis pelos serviços de monitoramento de dados ambientais, coleta e tratamento de esgoto, abastecimento de água e energia, e administração do transporte fluvial.

Apesar da intenção de facilitar o exercício dos direitos civis e políticos pela população, a descentralização gerou impasses, pois os diferentes interesses das diversas bacias foram apresentados e defendidos pelos Conselhos de Bacias sem a visão de que os interesses ambientais e de recursos hídricos não podem ser compreendidos de forma fragmentada, nem

---

<sup>20</sup>Baseado nos modelos francês e alemão.

entendidos como se fossem simplesmente direitos de comunidades competindo umas com as outras.

No caso da Bacia do *Rio Tietê*, o Rio foi dividido em quatro Bacias Hidrográficas, correspondendo às quatro regiões. Interesses concorrentes surgiram de forma que o diálogo entre os atores das quatro Regiões se tornou muito difícil.

Um segundo aspecto do marco legal deve ser considerado e criticado. Desde a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, o Ministério Público tornou-se um importante ator na governança dos recursos naturais. Com efeito, o Ministério Público ou o Procurador da República gozam de legitimidade automática por ato de lei. De acordo com algumas leis ambientais, pode-se processar alguém causador da poluição de determinados cursos d'água ou mesmo alguma autoridade administrativa, buscando seu cumprimento às leis ou regulamentos.

Apesar da intenção de auxiliar o controle da aplicação dos instrumentos jurídicos de proteção ambiental, a postura infelizmente tem sido utilizada para interferir na competência das autoridades administrativas, gerando uma tensão na gestão dos recursos naturais. No caso da Bacia do *Rio Tietê*, surgiu um conflito, quando o Ministério Público tomou partido da posição da Região I, devido à sua maior influência política, gerando liminares judiciais, que impedem as partes de destituir e buscam encontrar uma solução mais de acordo com seus interesses.

No entanto, a Constituição brasileira e as fontes internacionais reúnem elementos importantes que podem reverter a armadilha criada pelas normas e regulamentações domésticas referidas.

Todo um capítulo da Constituição brasileira é dedicado ao Direito Ambiental. O artigo 225º define o direito de *todos* “a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é um bem público de uso do povo e essencial para uma vida saudável. O Poder Público e a comunidade têm o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.”<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> A característica legal é ao mesmo tempo ampla e específica, na definição do meio ambiente e sua proteção, e na disponibilização de mecanismos legais para a defesa dos recursos naturais: “§1º. Para assegurar a efetividade desse direito, compete ao Poder Público: I. preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico de espécies e ecossistemas; II. preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III. definir, em todas as unidades da Federação, os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo permitida qualquer alteração ou supressão apenas por lei, vedando qualquer uso que comprometa a integridade das características que justifiquem sua proteção; 4. exigir, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que será tornado público, para instalação de obras ou atividades que possam causar significativa degradação do meio ambiente; V. controlar a produção, comercialização e emprego de

O mesmo pode ser dito sobre o cuidado legal e preservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico e sobre a promoção e o desenvolvimento da cultura.<sup>22</sup> O patrimônio cultural plural brasileiro é concebido na definição constitucional como “os bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que se referem à identidade, ação e memória dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira, incluindo: I. formas de expressão; II. modos de criar, fazer e viver; III. criações científicas, artísticas e tecnológicas; 4. obras, objetos, documentos, edifícios e outros espaços destinados a manifestações artístico-culturais; V. complexos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” O ordenamento jurídico brasileiro de proteção e promoção cultural está organizado sob o princípio de que a cultura é de todos, como direito fundamental. Um regime colaborativo, estabelecido de “forma descentralizada e participativa”, que “institui um processo de desenvolvimento conjunto e promoção de políticas públicas de cultura”, com “políticas democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da União e a sociedade”.”, tendo como objetivo “

técnicas, métodos e substâncias que coloquem em risco a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI. promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização da população sobre a necessidade de preservação do meio ambiente; VII. proteger a fauna e a flora, proibindo, na forma da lei, todas as práticas que comprometam suas funções ecológicas, causem a extinção de espécies ou sujeitem os animais à crueldade. §2º. Aqueles que exploram recursos minerais são obrigados a restaurar qualquer degradação ambiental, de acordo com as soluções técnicas exigidas pelos órgãos governamentais competentes, na forma da lei. §3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. §4º. A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira fazem parte do patrimônio nacional, e devem ser utilizados, na forma da lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, incluindo o uso de recursos naturais. §5º. As terras necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devolutas ou revertidas aos Estados por meio de ações discriminatórias, são inalienáveis. §6º. As usinas com reatores nucleares devem estar localizadas conforme definido na lei federal e não podem ser instaladas de outra forma. §7º. Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não serão consideradas cruéis as práticas esportivas que utilizem animais enquanto manifestações culturais, nos termos do § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registrado como bem de natureza imaterial que faz parte do patrimônio cultural brasileiro, que deverá ser regulamentado por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.”

<sup>22</sup>Dois artigos, 216 e 216-A, do Capítulo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, definem e preveem mecanismos de promoção e proteção: “§1º. O Governo, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, decretos de proteção de monumentos, desapropriações e outras formas de precaução e preservação. §2º. É de responsabilidade da administração pública, na forma da lei, manter os documentos governamentais e tomar as providências para disponibilizá-los para consulta por aqueles que precisam fazê-lo. §3º. A lei estabelecerá incentivos à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. §4º. Danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. §5º. Todos os documentos e locais com reminiscências históricas dos antigos esconderijos de escravos fugitivos são declarados monumentos históricos. §6º. Os Estados e o Distrito Federal poderão vincular até cinco décimos de um por cento de sua receita líquida de impostos do fundo estadual de desenvolvimento cultural para o financiamento de programas e projetos culturais, mas esses recursos não poderão ser utilizados para pagamento de: I. despesas de pessoal e encargos sociais; II. serviço da dívida; III. qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.”

*promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais*”.<sup>23</sup>

O sistema de proteção, preservação, promoção de direitos, bens e políticas ambientais e culturais engloba o Direito Internacional, devido ao status atribuído a esse importante ramo da cultura e tradição jurídica na mesma Constituição.

Vários acordos podem ser utilizados como forma de enquadrar os conflitos e as medidas tomadas para a sua resolução. Devido à doutrina do *diálogo das fontes* do direito, nacional, internacional, regional, é possível fazer uso dos diferentes mecanismos e instrumentos previstos no Mundo das Nações, graças ao imaginário jurídico e à crescente participação do público na o trabalho de várias agências regionais e internacionais.

No caso da proteção e preservação, do enfrentamento e da solução dos conflitos no entorno da Bacia do Rio Tietê, eu acrescentaria que uma forma inteligente de lidar com todo o *corpus* de definições legais e normas de proteção, em âmbito nacional e local, regional e níveis internacionais. Poderia levar a novos caminhos, concebendo o sistema hidrológico como um meio para lidar com múltiplas formas de questões, de natureza diversa.

De fato, eu diria que assim como sugere um estudo realizado pelo PNUMA, o termo *“hidropolítica se refere à capacidade das instituições geopolíticas de gerir os recursos hídricos compartilhados de forma politicamente sustentável, ou seja, sem tensões ou conflitos entre entidades;”* o termo *“resiliência hidropolítica, então, é definido como a capacidade do complexo sistema humano-ambiental de se adaptar a permutações e mudanças dentro desses sistemas”;* e *“a vulnerabilidade hidropolítica é definida pelo risco de disputa política sobre os sistemas de água compartilhados”;* e a relação entre mudança, instituições e vulnerabilidade hidropolítica pode ser caracterizada como *“a probabilidade de conflito*

<sup>23</sup> “§1º. O Sistema Nacional de Cultura baseia-se em uma política nacional de cultura e suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: I. diversidade de expressões culturais; II. universalidade de acesso a bens e serviços culturais; III. incentivo à produção, difusão e circulação de conhecimentos e bens culturais; 4. cooperação entre os entes federados e os atores públicos e privados que atuam na área cultural; V. integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidos; VI. complementação dos papéis dos atores culturais; VII. transversalidade nas políticas culturais; VIII. autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX. transparência e compartilhamento de informações; X. democratização do processo decisório com participação e controle social; XI. articulou e concordou com a descentralização na administração, recursos e ações; XII. aumento progressivo dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. §2º. A estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação, é composta por: I. órgãos administrativos da cultura; II. conselhos de política cultural; III. conferências culturais; 4. comitês interadministrativos; V. planos culturais; VI. sistemas financeiros culturais; VII. sistemas de informação cultural e indicadores de cultura; VIII. programas formativos na área cultural; IX. sistemas setoriais culturais. §3º. A lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. §4º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em suas próprias leis.”

aumenta à medida que a taxa de mudança dentro da bacia excede a capacidade institucional de absorver essa mudança”, sugerindo que “há dois lados na configuração da disputa : a taxa de mudança no sistema e a capacidade institucional;”<sup>24</sup> somos capazes de pensar no envolvimento não só de meros instrumentos jurídicos na análise, replicando os modelos sociológicos, mas principalmente de fazer uso extensivo de conceitos jurídicos substanciais e métodos de resolução de conflitos, e as boas práticas resultantes das experiências, como uma forma de desembaraçar os dilemas causados por um sistema político que resiste a se adaptar e adotar as mudanças necessárias para proporcionar à proteção ambiental e cultural o grau de qualidade correspondente às expectativas dos públicos que estão engajados na busca de ações e políticas.

Assim, poderíamos propor um sistema jurídico para a gestão sustentável do meio ambiente em suas relações com a cultura, no caso de conflitos relacionados aos recursos hídricos, um *sistema hidro-jurídico*, que se constitui em obstáculo eficiente à resiliência negativa expressa por as instituições políticas às transformações ou mudanças pactuadas na busca de soluções, dotando-as de instrumentos jurídicos para prevenir conflitos e fomentar a cooperação entre os atores.

## 5. OS USOS DA ÁGUA OU INTERESSES COMUNS NO RIO

Energia + Navegabilidade do rio + Ambiente + Patrimônio e Sítios Históricos  
+ Água Limpa à população + Abastecimento Alimentar (Pesca + Rega) + Lazer + Turismo

## 6. QUESTÃO COMUM: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS, DESPOLUIÇÃO

Ou seja, o desenvolvimento de um plano fluvial que permita que todas as regiões tenham água potável e apoie o desenvolvimento social e econômico, recuperando os recursos naturais e culturais, com a participação da sociedade, inaugurando uma nova governança democrática e uma nova concepção de própria lei.

---

<sup>24</sup>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Vulnerabilidade hidropolítica e resiliência ao lado das águas internacionais. Unep / Universidade Nacional da Costa Rica / State University of Oregon, 2007.

Sempre concebi o direito como um meio para resolver problemas – e não apenas para dar opiniões. Algo que o assimile à tarefa de um matemático, que está sempre disposto a ouvir os problemas e a dar-lhes uma solução. Espera-se que um juiz ou qualquer tomador de decisão legal ouça não exatamente um problema, mas versões dele. Pelo menos duas pessoas lhe apresentarão perguntas, pessoas que não são indiferentes à resposta ou à solução que apresentará à sua controvérsia. Cada uma das partes gostaria de obter uma resposta diferente. Essa expectativa não é apenas uma questão de interesses ou necessidades, mas também de paixões e resultado de certas condições e restrições culturais. A cultura, de fato, desempenha um papel importante nos conflitos e na forma como eles podem ser resolvidos. A forma como as controvérsias são tratadas pelos tribunais e decisores jurídicos (e não apenas a forma como são apresentadas aos tribunais pelos profissionais do direito), o estilo de julgamento afetará muito a natureza da controvérsia.

É por isso que os sistemas jurídicos – direito consuetudinário, direito civil, direito islâmico, sistemas jurídicos mistos, sistemas jurídicos pós-coloniais e assim por diante – diferem e influenciam as sociedades em que são concebidas e construídas. Por exemplo, os sistemas de direito consuetudinário e de direito civil fornecem certas respostas prévias aos problemas ou conflitos apresentados a um Tribunal. Essas respostas anteriores são os principais casos ou estatutos e a forma como são continuamente interpretados por gerações de juízes e profissionais do direito.

No entanto, as questões ambientais são diferentes tipos de conflitos. O tipo de questões que eles propõem são substancialmente e formalmente diferentes das questões que os juízes e os atores jurídicos estão acostumados a ouvir e preparados para resolver. Eu diria que o direito ambiental, embora influenciado por aspectos culturais da vida e das comunidades, trouxe uma revolução substancial na teoria e na prática do próprio direito. Isso se deve à evidência de que o direito ambiental está ligado a algo que engloba todo o sentido de comunidade, todo o interesse da sociedade, rompendo com a própria ideia de fronteiras, estados e culturas. É por isso que seus principais aspectos foram fornecidos pela comunidade internacional, seu progresso é impulsionado por conferências internacionais, em uma palavra direito internacional e relações internacionais.

Talvez uma república e uma democracia, e uma governança correspondente de um novo tipo, pela importância dos movimentos sociais nesta revolução atual. É dever de todos os juízes e decisores jurídicos abordar até mesmo os conflitos individuais com base nos conceitos e nas preocupações que o direito ambiental e as questões ambientais trouxeram e

estabeleceram. Mesmo conflitos individuais que foram resolvidos de diversas formas, dependendo do ordenamento jurídico adotado por determinada sociedade, dependendo da formação de seus profissionais jurídicos, de sua cultura jurídica. As questões ambientais e o direito ambiental exigem que o profissional jurídico leve em consideração as consequências da opinião que apresentará para toda a sociedade e para o próprio meio ambiente. Requer uma nova forma de abordar a questão, que influenciará na compreensão do caso.

Precisamos conceber o direito ambiental como um macrosistema que estabelece uma nova cultura, uma nova cultura jurídica: desafia os métodos tradicionais de legislar, pensar e tomar decisões, que exigem uma abordagem participativa e deliberativa para resolver conflitos ambientais (e não apenas conflitos ambientais). Os conflitos ambientais possuem intrinsecamente uma complexidade, o que exige a participação ativa de comunidades de diferentes regiões, culturas e até mesmo línguas e o diálogo entre elas. E o decisor deve proporcionar um espaço público efetivo para o desenvolvimento desse diálogo.

É relevante acrescentar que a aplicação das leis faz parte da boa governança. A resolução de conflitos de forma justa, adequada e eficiente é a parte mais importante do projeto de estabelecimento do cumprimento do Estado de Direito. Quando pensamos em países em desenvolvimento, principalmente países pós-coloniais, é importante lembrar que a resistência à ideia de Estado de Direito é resultado da ausência de laços de confiança entre o povo, entre o povo e o governo, e dos restantes mecanismos de dominação e subjugação, as desigualdades nas estruturas sociais e económicas que se espelham e condicionam as estruturas políticas e jurídicas, assim como condicionam e se espelham na sociedade.

Se um espaço público diferente for fornecido pelo governo e principalmente pelo seu poder judiciário, poderemos construir confiança e romper o ciclo de desigualdades. Por isso o direito ambiental é fundamental, pois engloba os princípios e regras estabelecidos pelas declarações internacionais desde Estocolmo até a Rio+20.

Para resumir e fazer referência ao caso da Base do Rio Tietê, sugiro fazer uso extensivo dos diversos métodos de análise de conflitos, mas dedicar o foco principal à abordagem sistêmica, como forma de levar em conta os diversos fatores e atores.

Ao mesmo tempo, penso que seria importante lançar mão de instrumentos inovadores, em sua maioria ligados a questões culturais, para não apenas compreender os significados mais importantes do conflito, que se situam além da análise superficial dos atores

e fatores, e ocorrem nas raízes profundas dos determinantes culturais e sua relação com a natureza. Eu chamaria de *poiético*<sup>25</sup> meu método experimental.

A proposta de uma abordagem *poiética* é contrapor uma perspectiva mais produtiva com o ponto de vista *pragmático tradicional*, usualmente adotado em estudos sobre o *espaço público ou político* e políticas públicas. A ideia principal é fornecer os meios para desenhar<sup>26</sup> ou reconstruir criativamente um novo pacto ou acordo político e legal.

Um acordo que dê expressão a todos os envolvidos, levando em consideração o fato de que múltiplas desigualdades devem ser abordadas, ao recontar a história do Rio, além de tentar compreender o caráter conflituoso das narrativas. Pela persistência de memórias e legados ligados ao passado regime escravista, e falta de igualdade nas relações de gênero e etnia.

Essas desigualdades ainda se refletem na forma como a terra é ocupada. As áreas mais produtivas e mais bem localizadas, principalmente nas planícies e lugares altos, são reservadas à classe média e aos que têm melhores meios de subsistência. As classes mais pobres tendem a ocupar áreas mais baixas, sujeitas a inundações sazonais, além de outras áreas de risco, sujeitas a deslizamentos. Os conflitos são bastante evidentes, pois os ocupantes dessas áreas de risco e proteção ambiental precisam ser removidos. Nenhuma opção, no entanto, é apresentada aos moradores, que preferem correr sérios riscos levando em conta que aparentemente não há outras áreas disponíveis para ocupação e estão raciocinando sobre a proximidade de seus locais de trabalho em residências de classe média ou outros empregos mal pagos.

O legado da escravidão e o processo de crescimento econômico em curso levaram o Brasil a ter uma das maiores lacunas do mundo entre ricos e pobres e um confronto de classes sempre latente. Altos índices de violência urbana, criminalidade e corrupção social e política (principalmente no Rio de Janeiro e nos demais estados do Nordeste, especialmente - mas São Paulo não foge à regra, apesar de seus índices mais baixos) são sintomas de uma grave situação de saída sem fim de crise.

Portanto, é de grande importância não reforçar estruturas injustas.

<sup>25</sup>Ou simplesmente *poético* Ver Alfredo Attié Montesquieu. Lisboa: Chiado Books, 2018; Alfredo Attié Jr. Reconstrução do Direito. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 2003; Alfredo Attié Rumo ao Direito Internacional da Democracia. Birmingham: Universidade de Samford, 2014; e meus trabalhos apresentados ao Banco Mundial a partir de 2012, sobre proteção de recursos naturais, direito ambiental internacional e parcerias público-privadas de pequena escala e novas formas de democracia.

<sup>26</sup>o verbo *poiein ποιέιν*, em grego antigo, significa produzir, criar ou fabricar.

Esses problemas foram agravados pela perda da propriedade material e imaterial do Rio e das terras, uma situação e um sentimento de deslocamento. Um enorme contingente de população em situação de rua e um crescente movimento social e protestos dos sem-terra.

As desigualdades devem ser enfrentadas por meio de políticas ativas, transformadoras e afirmativas.

A falta de oportunidades também pode ser observada na ausência de planos e políticas públicas de educação e acesso à cultura e lazer para os jovens.

Qualquer solução proposta deve levar em conta a necessidade de oferecer melhores oportunidades de educação, planos de saúde, capacitação para empregos mais bem remunerados e incentivos ao empreendedorismo, como projetos de incubação de empresas, uso de novas tecnologias, à população vulnerável das Regiões.

## **7. PRINCIPAIS ATORES NAS DIFERENTES REGIÕES**

### **I. Estado governamental**

- Comitê Estadual de Recursos Hídricos
- Comitê Estadual do Meio Ambiente

### **II. 4 Conselhos de Bacias Hidrográficas – Regiões I, II, III e IV**

### **III. Atores Políticos Formais ou Oficiais das 4 Regiões**

- Prefeitos e Câmaras Municipais
- Partidos políticos

### **IV. Sociedade civil**

- Moradores
- Ocupações Regulares (Direitos de Propriedade e Contratos Regulares)
- Ocupações irregulares
- Ocupações em Áreas Ambientais Protegidas
- Ocupações sem direito privado (direitos tradicionais)
- Relações e conflitos de classe:

- Moradores de classe média
- Moradores de classe baixa (quase nas chamadas *favelas* ou comunidades, em sua maioria ocupações irregulares de áreas protegidas.
- Agricultores
- Pequena
- Grande
- Setor industrial
  - i. Região I
  - ii. Região II
  - iii. Região IV



- iv. Refinarias de Petróleo, Fábricas Automotivas, Pequenas e Grandes Fábricas, Refinarias de Cana -de-Açúcar e Etanol
- v. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
- Setor Agro
  - vi. Pequenos e Grandes Agricultores
  - vii. Setor Agroindustrial
  - viii. Pesca
- Setor de serviços
  - ix. Turismo: Empresas Regionais e Locais
  - x. Transporte: Empresa Estatal e Empresas Privadas
  - xi. Navegação: Empresa Estatal e Empresas Privadas
- Organizações Não Governamentais: Saúde, Meio Ambiente e Ativistas Civis
  - xii. Internacional: Paz Verde
  - xiii. Nacional: SOS Mata Atlântica
  - xiv. Regional: Instituto Vale do Tietê (INEVAT)
  - xv. Local
- Associações de Moradores
- Associações de Vítimas
- Movimentos sociais e políticos
- Movimentos de sem-teto (principalmente MTST)

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (principalmente MST)
- Novos Movimentos Sociais, Culturais e Políticos
- Movimentos Educativos (Cursinhos Populares)
- Movimentos Artísticos (Arte Alternativa e Engajada)
- Associações de Educadores
- Associações de Advogados
- Associações de Médicos
- Servidores de Saúde e Sociais
- Sindicatos ou Associações de Trabalhadores



V. Setor de Energia

- Represa Henry Borden
- Complexo Barra Bonita
- 3 Empresas Estatais (Regionais) Fornecedoras de Energia

VI. Setor de Água e Esgoto

- Empresa estatal
- Empresas Regionais e Locais

VII. Agência Estadual Ambiental

VIII. Universidades, Escolas e Instituições Acadêmicas/Educativas/Culturais (USP, UNICAMP, UNESP, universidades privadas, escolas públicas e privadas etc.)

IX. Ministério Público Estadual: quatro Procuradorias Regionais do Estado (Regiões I, II, III e IV)

X. Judiciário: Várias ações coletivas em atraso

XI. Grupos Financeiros Internacionais e Nacionais

XII. Bolsa de Valores de São Paulo: B3 - Brasil, Bolsa de Valores e Mercado de Balcão

**8. DA POSIÇÃO AOS INTERESSES E NECESSIDADES REAIS: ALGUNS DOS ARGUMENTOS, SENTIMENTOS E RAZÕES DO ATOR PRINCIPAL. ATORES-CHAVE IMPARCIAIS. RECOMENDAÇÕES. MÉTODOS.**

*“Era uma vez um rio... Havia nas manhãs Sol do encanto como as monções da época de cheia... E as gigantes vitórias! As embarcações singravam rumores do abismal Descaminho. Arroubos... Lutas... Setas... Cantigas... Povoar! ... E a santificação da morte!”<sup>2728</sup>*

As posições têm centralizado o fato da abertura das comportas. Na verdade, a curto prazo, é um aspecto importante do problema. Com os portões abertos. A sociedade civil das Regiões I, II e III tem benefícios na Saúde Pública e na diminuição da poluição do Rio e da Represa Billings. Com o fechamento dos Portões, a poluição voltará a se concentrar nas Regiões I e IV, com benefícios para o setor Industrial das Regiões I, II e IV.

Embora os interesses das Regiões estejam em conflito (aparentemente Regiões I e IV contra II e III), existem outros interesses que se opõem aos atores dentro de cada Região (moradores contra indústrias, por exemplo).

Em qualquer circunstância, porém, há alguns interesses importantes em comum: a limpeza ou despoluição do Rio, a saúde pública, a necessidade de energia (que inclui a busca e o uso de fontes alternativas de energia), a recuperação de toda a Bacia para os diversos usos.

De grande importância é a necessidade de persuadir os diversos atores de que toda a Bacia Hidrográfica configura um único bem, constitui apenas um meio ambiente e bem comum. Isso leva à busca de soluções de longo prazo, a mais importante delas é a despoluição do Rio, que demanda grande volume de investimentos e esforços públicos e privados e, infelizmente, alguns sacrifícios do setor econômico.

Existem alguns interesses regionais e individuais que podem ser sustentados sem afetar os interesses comuns ou mesmo trazer benefícios a eles. Por exemplo, a navegabilidade do Rio, e o desenvolvimento de projetos e parcerias de pequena escala, que possam proporcionar à comunidade o acesso a determinados serviços e a rendas ou recursos para o desenvolvimento de capacidades sociais, políticas e econômicas, que incluem incentivos ao empreendedorismo.

<sup>27</sup> “Era uma vez um rio... Nas manhãs ensolaradas de entusiasmo, nas monções de ambição... E nas gigantes vitórias! Os barcos navegaram para a desventura abismal. Assaltantes... Brigas... Flechas... Músicas... Gente! ... e a santificação da morte!”

<sup>28</sup>Mário de Andrade. Pauliceia Desvairada. 1920/1921.

Pode ser útil aproveitar a oportunidade do esforço conjunto para resolver o problema, para abordar outros problemas e interesses, que podem levar os indivíduos, as comunidades e os negócios a um nível superior de subsistência. Por exemplo, a adoção de novas tecnologias, estabelecendo um diálogo entre os setores social e econômico com as universidades e seus grupos de pesquisa. Para resolver problemas de comunicação e até mesmo legitimidade das instituições públicas, para melhorar o uso público das instalações. Propor novos métodos e temas para o processo educativo. Criar ou recriar instalações culturais. Tornar a sociedade conhecedora de si mesma.

Os Comitês Estaduais são os decisores políticos finais para toda a Bacia do Rio Tietê, com jurisdição administrativa sobre as Quatro Regiões e os Quatro Conselhos de Bacias Hidrográficas. Eles gostariam de encontrar uma solução mutuamente aceitável para a poluição que não prejudique os negócios e que todas as Regiões possam conviver. Eles também não gostam das brigas políticas entre as Regiões que resultam em propostas de cada uma delas que apenas beneficiam seus interesses mesquinhos e tentam lidar com o problema da poluição dos rios às custas das outras Regiões. Os Comitês Estaduais estariam dispostos a financiar soluções que beneficiem todas as Regiões, mas não uma em detrimento das demais. Eles gostariam de ver propostas que incluíssem a saúde pública, o fim da poluição dos rios, bem como o crescimento econômico. Eles gostariam de apresentar um plano abrangente para limpar a poluição e reduzir a poluição industrial. Acham que são o espaço público adequado para a discussão ou diálogo entre as Regiões.

A Região Metropolitana de São Paulo <sup>29</sup>configura um complexo de atores e relações. É formado por 39 Municípios, entre eles a cidade de São Paulo, que possui a maior economia por PIB da América Latina e do Hemisfério Sul. A área urbana mais populosa do Brasil. Sede de um importante setor industrial, que reúne 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. A sua principal preocupação é o desenvolvimento econômico, pelo que é pró-automóvel e das refinarias de petróleo, o que inclui a recuperação da Barragem e da Central Elétrica. circunstância das espumas tóxicas na Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana, principalmente na Represa Billings. O partido conservador de direita que está no poder está preocupado com a principal fonte de seu financiamento para o processo eleitoral, fornecido pelo Setor Industrial e Financeiro, ambos extremamente poderosos.

O setor industrial está dividido.

---

<sup>29</sup>Existem outras Regiões Metropolitanas importantes, embora menores, no Estado de São Paulo e ao longo da Bacia do Rio , como a Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana de Santos, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, etc.

As indústrias mais importantes e poderosas estão localizadas nas Regiões I e IV. As indústrias da Região II, embora menos relevantes economicamente, incluem as Usinas de Etanol, que são responsáveis pelo fornecimento de combustível alternativo e mais limpo em comparação ao fornecido pelas refinarias de petróleo, mas também pelo desmatamento e substituição dos importantes e tradicionais lavouras por cana-de-açúcar cultura, e a consequência de mudanças e contrastes na paisagem e modo de vida local, com a poluição produzida durante a queima e colheita do junco.

As fábricas das Regiões I e IV discordam fortemente da decisão de abrir as comportas, pois inutilizou o gerador de energia da barragem local, já que não havia mais água suficiente para escoar pelos geradores. Isso cortou drasticamente seus lucros. De qualquer forma, no entanto, eles estão aliviados que a crise imediata de poluição por espuma tóxica foi resolvida por enquanto. Devem zelar pela sua imagem e responsabilidade social, e fazer com que os cidadãos e as autoridades sintam que cumprem as normas ambientais, abordando o problema.

As fábricas da Região II pensam que, se o governo tornar os padrões ambientais muito rígidos, correm o risco de reduzir seus lucros e até perder sua capacidade econômica, já que seus padrões ambientais são muito mais baixos.

As Refinarias de Petróleo e as Usinas de Etanol têm alguns interesses em comum, pois suas usinas operam nas Regiões I, II e IV há décadas. Em parte, devido à energia elétrica pronta e barata fornecida pela Barragem Harry Borden, eles têm sustentado investimentos bem-sucedidos e rentáveis no ambiente favorável aos negócios de São Paulo. Ocasionalmente, eles enfrentam ameaças de regulamentações ambientais e trabalhistas onerosas, mas até agora tiveram o apoio dos prefeitos e conselhos municipais locais para evitar que as coisas atrapalhem um bom clima de negócios. Para eles, o mais importante é a lucratividade e a capacidade de operar suas plantas com eficiência, sem regulamentações ambientais e trabalhistas excessivamente onerosas. Esse relacionamento estável quase terminou quando eles não conseguiram descobrir uma saída para a crise de crianças morrendo devido à espuma tóxica. Eles enfrentaram muitas críticas severas do público como resultado dessas fatalidades. A culpa pela morte das crianças foi colocada diretamente em suas portas. Como resultado, eles perderam sua fonte barata de energia elétrica quando o governo abriu as comportas do Rio Pinheiros e fechou a Represa Henry Borden. eles precisam encontrar uma maneira de fazer a usina funcionar novamente, mesmo que aceitem pagar um preço para limpar o descarte de resíduos industriais. Eles deveriam ser capazes de propor um descarte de

lixo mais limpo que não poluiria o rio. Assim, eles podem justificar o fechamento das comportas novamente e a reativação da usina da Barragem. O custo adicional da limpeza do lixo industrial pode ser compensado pelo custo mais barato da eletricidade, e eles tomarão medidas para melhorar sua imagem junto ao público novamente depois de serem rotulados como assassinos.

Do ponto de vista do importante setor agroindustrial, a abertura das comportas do Rio Pinheiros na Região I tem causado enormes problemas para as grandes fazendas (gado, café, grãos, açúcar). Eles dependem de um rio limpo e do acesso à água para cultivar e alimentar o gado. Eles precisam de uma solução técnica para que a Região I pare de poluir sua parte do rio. Uma opção pode ser fechar as comportas para evitar que a água poluída desça da Região I. Ou talvez também seja possível descobrir outras opções mais sustentáveis. Eles também têm que lidar com seu próprio problema crescente de poluição por resíduos tóxicos na Região II. Como sempre usaram a desculpa de que a Região II é mais pobre que a rica cidade industrial paulista para manter padrões ambientais mais baixos, no momento devem traçar planos mais sustentáveis. Eles não querem parar o fluxo de resíduos industriais da Região I apenas para virar e poluir o próprio trecho do rio. Eles precisam da ajuda de especialistas para planejar o futuro para ter água limpa sustentável e uma indústria agrícola lucrativa na Região II.

O sistema público-privado que controla a produção e distribuição de energia no Estado entende que sua principal missão e interesse é fornecer energia a custos razoáveis aos consumidores urbanos domésticos e industriais e rurais. Ao mesmo tempo, as empresas que constituem o sistema são obrigadas a dar um retorno justo aos seus acionistas, mantendo um perfil ambiental responsável. Eles configuram uma organização com fins lucrativos. Suas fontes de energia vêm de várias hidrelétricas importantes ao longo do rio Tietê. Embora uma de suas usinas não esteja inoperante devido à abertura das comportas do afluente do rio Tietê, elas reconhecem ter operações adicionais suficientes mais a jusante da Bacia. A hidrelétrica e hidrelétrica Henry Borden na região metropolitana de São Paulo está em operação há quase um século e seria lamentável se não fosse mais usada. Era uma operação lucrativa para o sistema e permitia fornecer energia relativamente barata para as grandes demandas do Parque Industrial de São Paulo.

A ONG mais importante do Brasil desenvolve projetos de proteção e restauração ambiental em diversas áreas. Seus membros e ativistas pensam que a divisão da Bacia pode distrair o interesse mais importante, que é o fato de que as desigualdades devem

ser alvo. Seu interesse é capacitar os trabalhadores das duas regiões para a defesa de seus direitos fundamentais. A recuperação do meio ambiente é um importante meio instrumental para esse fim. Embora tenham uma agenda política, ainda são realistas o suficiente para saber que devem trabalhar em cooperação com outros grupos com os quais compartilham objetivos semelhantes.

O Estado, a Cidade e as Regiões Metropolitanas de São Paulo estão conectados por múltiplos meios ao mundo global. Há interesse de corporações internacionais, organizações internacionais, mídia internacional, ONGs internacionais, opinião pública da sociedade internacional pelo que está acontecendo, principalmente na questão da proteção dos recursos naturais.

Alguns desses atores internacionais decidiram nas últimas duas décadas, de fato, que precisam oferecer apoio financeiro substancial para ajudar na solução dos conflitos e problemas sofridos pelos atores da Bacia do Rio Tietê, se parecer claro que existe a possibilidade de que os principais as partes interessadas podem concordar em iniciar algum plano realista de longo prazo para lidar com a poluição dos rios. Tal plano necessariamente incluiria as empresas assumindo a responsabilidade por seus próprios resíduos, o governo monitorando rigorosamente as empresas e tendo a adesão das principais partes interessadas, como governos estaduais e municipais, moradores afetados, etc. recursos por administrações estaduais mal preparadas, planos mal elaborados politicamente direcionados a diferentes interesses e corrupção percebida de funcionários do Estado e até mesmo da sociedade civil, incluindo ONGs.

Devem ser abordados os problemas causados pelas ocupações irregulares às margens do Lago ou Reservatório e dos Rios.

As comunidades pequenas e pobres, que vivem às margens do Rio, são as mais diretamente afetadas pelas condições do Rio. Seus filhos foram mortos por espuma tóxica, então questões ambientais são questões de saúde pública de vida ou morte para eles. Seus habitantes vulneráveis dependem do rio para pescar, água, limpeza, vida. A população das áreas urbanas e rurais que estão assentadas às margens do Rio está sofrendo de doenças provocadas pela poluição em geral. Eles também são privados de sua própria subsistência. É uma necessidade que eles possam pescar e usar a água do rio para suas atividades diárias. Eles também contam com pescadores profissionais em seu grupo.

Abrir ou fechar as comportas é apenas uma solução temporária para diluir o acúmulo de espuma tóxica na área metropolitana. Uma espuma tóxica que nunca deveria ter

se formado. Não é uma solução real simplesmente enviar lixo tóxico rio abaixo, onde também atrapalhará a vida de pessoas como nós, que dependem de água potável para sobreviver. Têm a certeza de que a solução deve basear-se na eliminação da raiz do problema. São as fábricas que podem despejar toneladas de lixo nocivo nos rios que devem ser detidas, assim como os governos que devem assumir a responsabilidade de coletar e tratar o lixo doméstico. No entanto, há um conluio entre autoridades e empresas, que pagam milhões de dólares aos políticos para que eles não cumpram as leis ambientais. Há um custo terrível, eles presumem, desse patrocínio para os ricos. Eles não descansarão até que uma solução realmente sustentável para o problema dos resíduos industriais seja implementada.

O argumento da corrupção está sempre em vigor. As pessoas veem isso como um grande problema e presumem que o pagamento direto flui das empresas para os políticos. No entanto, talvez seja mais importante observar e reconhecer que a aliança entre o setor econômico e a classe política se deve mais a um sistema que abre oportunidades apenas para uma parcela muito restrita da população e priva a maioria do acesso aos bens públicos. Estruturas, instituições, planos, políticas, medidas jurídicas, políticas e administrativas mais justas podem modificar essa realidade, assim como os movimentos organizados da sociedade civil. Eles devem ser abordados, no entanto, apenas se a população estiver disposta a agir e pressionar as autoridades, e participar ativamente da cena pública. Leis, estatutos, regulamentos modernos não são suficientes, se não houver fiscalização, incentivos ao cumprimento, monitoramento, controle.

Fora desses argumentos, é claro, é importante lembrar que o cerne do modo de pensar e agir empresarial continua sendo conformado pela ideia de competição. Em qualquer circunstância, o padrão cultural sobre o empreendedorismo e o marketing (e a governança desenvolvida pelos múltiplos agentes dessa atividade humana) permanece ligado à ideia tradicional de desenvolvimento econômico.

Assim, seria útil deixar claro durante as discussões de possíveis soluções para os problemas que outros tipos de pensar e executar táticas e estratégias de marketing, bem como medidas de governança, poderiam ser mais produtivas e atender às expectativas de uma sociedade ávida por transformar uma longa história de relação destrutiva com o meio ambiente e os demais seres humanos.

É importante descobrir estratégias para superar as memórias negativas do passado e tentar imaginar novas narrativas, novas histórias que deem conta de formas positivas de interação.

John Paul Lederach sugere que “*as pessoas são participantes ativos na criação de situações e interações que vivenciam como conflito... O conflito surge através de um processo interativo baseado na busca e na criação de significado compartilhado*”.<sup>30</sup> Pela forma como apresentei a construção da cultura ao longo da história do Rio, as interações humanas com a natureza e a forma como os sucessivos colonizadores vislumbraram o papel do *Tietê*, seria fácil entender que para eles a água forneceu não apenas certos meios básicos de subsistência, mas principalmente tem servido como um meio de transporte muito poderoso, como uma nave interestelar, que lhes permite mover-se relativamente rápido através de um universo desconhecido, gerando sentimentos de realização, de grandeza e o sentimento penetrante de domínio do ambiente tão característico da cultura dos brasileiros paulistas.<sup>31</sup>

O Rio representava movimento, progresso. A poluição do Rio é algo que prendeu o impulso, prendeu o espírito de empreitada dos exploradores, aventureiros.

Muitos mitos dos povos nativos do Brasil falavam de espíritos, criaturas femininas que viviam nos cursos d'água, e exerciam um certo tipo de encantamento mágico sobre os homens, talvez também ligado à ideia de apetite sexual. Mas as personagens femininas sedutoras sempre enganaram o homem seduzido, às vezes até mesmo os prendendo na água, ou os sedutores se tornaram animais terríveis, que devoravam o corpo ou apenas a alma do seduzido.

A água do rio exercia esse tipo de atração para os colonos. Ao mesmo tempo, mesmo compreendendo o curso d'água como caminho e como embarcação, temem suas forças indomáveis, seu corpo sedutor que velava sua alma iludida.

Em certo momento tão abrupto, as águas apareceram como um corpo pútrido, exalando odores desagradáveis, gases tóxicos, mortais ao contato. Sobre este cadáver uma

---

<sup>30</sup>Preparando-se para a Paz: Transformação de Conflitos entre Culturas. Siracusa: Syracuse University Press, 1996, p.9.

<sup>31</sup>O fato sintomático de Cidade e Estado compartilharem o mesmo nome é um sinal importante que deve chamar nossa atenção. Entre muitos símbolos ligados à história do santo católico e à cultura cristã, Paulo (em grego, Σαῦλος Ταρσεύς, Saulo de Tarso, em hebraico, שאול התרסי) representa as fortes ideias de transformação (por conversão), aceitação de um certo destino e, mais importante, uma missão sagrada de ir além das fronteiras para encontrar novas civilizações como meio de convertê-las a uma certa verdade religiosa. Os *Paulistas* (nome dos nascidos no Estado de São Paulo) e *Paulistanos* (nome dos nascidos na Cidade) compartilham um sentimento de pertencimento à mesma terra, e através do Tietê, que atravessa não só toda a Cidade, mas também todo o Estado, eles se sentem seguros, porque o rio faz o papel do solo da mesma terra santa, eles encontraram trabalhando juntos. Não se pode desconsiderar que a evolução e o desenvolvimento da Cidade e do Estado ocorreram sem a fiscalização do Poder Público Central, além disso não contam com o auxílio da Metrópole da Colônia. Em contrapartida, alguns dos acontecimentos mais importantes da história de São Paulo configuram-se francamente opostos às políticas da Metrópole, não apenas por atos políticos, mas também por meios bélicos (por exemplo, a Guerra dos Emboabas, em 1707-1709, e a Guerra Civil, em 1932).

espuma mortífera e não mais a cobertura natural de uma neblina matinal anunciando o dia ensolarado.

As posições dos contendores no conflito continuarão reproduzindo essa mesma cena horripilante, sem entender o fato de que um Rio morto representa a impossibilidade de trocar memórias do passado e projetar imagens do futuro.

O antigo poema japonês desenha a imagem de dois combatentes cujas flechas se alcançam no ar: *“Inspire, expire. Encaminhar de volta. Vivendo, morrendo. Setas, vamos voar cada um para cada um. Conheça o meio-dia e corte. O vazio em voo sem rumo. Assim, volto à fonte.”*<sup>32</sup>

É claro que na tradição zen, a partir da qual o poema foi concebido, a fonte representa a morte, o destino comum de todos os seres humanos. No entanto, para meu propósito de retomar os termos e palavras do conflito, é importante lê-lo como uma metáfora da fonte e do curso da vida, refletindo a recuperação da fonte viva representada pelo curso d'água.

Como ponto de atração, indica todos os papéis que o Rio, a Bacia e a subsistência ao longo deles podem apresentar. Movimento no seu significado físico: navegabilidade, transporte, viagem, turismo, canoagem, natação; movimento em seu sentido imaterial: energia, aventura. Origem em sua faceta natural: meio ambiente, alimentação, pescado, irrigação, saciar a sede; origem na sua vertente cultural: história, património, turismo. O enraizamento como um complexo de maneiras de começar: as questões comuns e a esperança que cercam cada primavera, o progresso que perdura, o desenvolvimento que nutre; Enraizamento como delta de chegada: sustentabilidade, limpeza das águas durante e após seus múltiplos usos.

Fonte como ponto de atração de todas as paixões, posições, interesses, razões, capacidades, poderes, habilidades, habilidades, atores, grupos, comunidades, movimentos, indivíduos, instituições, políticas, órgãos internacionais e nacionais: governança: *“o processo pelo qual atores estatais e não estatais interagem para projetar e implementar políticas dentro de um determinado conjunto de regras formais e informais que moldam e são moldadas pelo poder”*.<sup>33</sup>

Como recomendações conclusivas, acrescentaria que, entre todos esses interesses, expressos pelas partes interessadas, é necessário encontrar estruturas ou

<sup>32</sup> Yoel Hoffmann (ed). Poemas da Morte Japonesa. Tóquio: Tuttle, 2018, p. 97.

<sup>33</sup> Grupo Banco Mundial. Governança e Direito. Washington DC: WB, 2017.

instituições, e atores, que possam representar uma espécie de imparcialidade no tratamento dos conflitos. Talvez as Universidades e o Judiciário possam desempenhar esse papel.

O Judiciário já foi julgado em inúmeras ações coletivas de Procuradores do Estado, Ministério Público, representantes das Regiões, Municípios, movimentos ambientalistas, ONGs, etc., que queriam fechar e abrir as comportas. Da mesma forma para a ONG Ambientalista fechar ou abrir o portão. Como membro do Poder Judiciário e do mundo acadêmico, tenho tentado fazer com que todos esses atores se unam e conscientizem os governos de que tudo está conectado pelas consequências do que for decidido. Que o interesse comum em água limpa de uma forma que não prejudique ninguém.

Juntei-me a um grupo de Reitores, Professores Alunos e membros de importantes departamentos e grupos de pesquisa das três mais importantes universidades estaduais de São Paulo (*USP, Unicamp, Unesp*), e de outras universidades e faculdades privadas, que têm constituído consórcio transdisciplinar envolvido na promoção de ambientes mais limpos e soluções ligadas ao desenvolvimento sustentável e resolução de conflitos ambientais. Envolve departamentos de pesquisa, bem como estágios e diplomas para estudantes de ecologia. Vários grupos ativistas pró-ambientais também estão associados ao consórcio. O consórcio está muito interessado em emprestar seus recursos para ajudar o governo e os cidadãos a encontrar algumas abordagens positivas para a poluição do rio Tietê e deseja ajudar como um participante pró-ambiente, mas politicamente neutro. Alguns professores têm persuadido os alunos a aplicarem seus esforços na compreensão do ecossistema de toda a Bacia. Passam a interessar-se pela preservação e proteção do meio ambiente. Eles podem oferecer assistência em pesquisa, trabalho voluntário para projetos apropriados, instalações do campus, facilitadores treinados, recursos de convocação para conferências, contatos para doações ou contato com pessoas influentes. Os membros deste grupo se veem como um valioso grupo neutro. Eles fornecem conhecimento técnico sobre o rio e oferecem propostas sobre seu uso para governos municipais e estaduais. Eles podem pesquisar para um projeto abrangente que beneficie toda a Bacia. Pode incluir a despoluição do rio Tietê, e pensar nos múltiplos usos da água: introdução de esportes náuticos em alguns enclaves e em alguns de seus afluentes. Em outras partes, a construção de uma pequena barragem, cruzamentos e hidrovias permitiriam a navegabilidade de toda a Bacia. Isso facilitaria a entrega dos produtos dos agricultores e agroindústrias para a Capital do Estado mais facilmente. Outro interesse seria o uso do rio para enviar os mesmos produtos para as bacias do Paraná e do Prata. Iniciativas de pequena escala podem ajudar as comunidades a ter

acesso a serviços públicos e desenvolver suas próprias habilidades para oferecer produtos orgânicos, ter acesso aos mercados locais. A ONG pode ajudar as escolas a desenvolver programas inovadores, capacitando os alunos em novas áreas. Esforços internacionais e nacionais podem destinar fundos para dar novas oportunidades aos estudantes, e incentivos aos da geração jovem que tem interesse em se formar para seguir as profissões tradicionais e aplicar as habilidades e conhecimentos tradicionais, de uma forma nova e talvez mais lucrativa de Organizações Económicas e Sociais. Outro projeto trata da área de comunicação, levando em consideração a necessidade e o interesse por meios mais inovadores de acesso a fontes de informação e novos formatos midiáticos que as difundam. Locais tradicionais, como antigas fábricas, antigas usinas elétricas, poderiam ser restaurados para apoiar projetos culturais. Artistas e artesãos também podem ser alocados nos sítios históricos, desenvolver seu trabalho e até mesmo ensinar às comunidades locais habilidades novas ou tradicionais.

Outras ideias e iniciativas podem ser trazidas pelos diversos atores e comunidades, caso se sintam efetivamente e ativamente envolvidos na solução do conflito.

Uma abordagem baseada na relação entre *cultura e conflito*,<sup>34</sup> bem como os métodos experimentados no *processo de facilitação e negociações baseadas em interesses multipartidários*, conforme descrito por Jan Jung-Min Sunoo e Juliette Falkner no caso da autodeterminação indiana,<sup>35</sup> pode decisivamente ajudar particularmente no difícil desafio de conseguir a participação efetiva dos atores envolvidos. Ele enfatiza o importante papel da *“facilitação neutra consistente... fundamental para ajudar os negociadores a estabelecer e manter o protocolo e as regras básicas. Isso criou um ambiente seguro para as negociações acontecerem.”*<sup>36</sup> As regras básicas citadas foram principalmente o Protocolo Organizacional e o Guia do Facilitador, como normas de procedimento concebidos de forma a permitir que os participantes concentrem a sua atenção e energia na apresentação dos seus pontos de vista e na expressão construtiva das suas sugestões e propostas.

Em qualquer circunstância, porém, é importante ter em mente o fato de que os conflitos ambientais (na maioria das vezes, intratáveis) têm uma configuração diferente, e apresentam aos facilitadores e atores dificuldades, desafios e obstáculos suplementares. Esta é a principal razão pela qual os artigos e livros sobre este tipo de problemas concentram a sua

---

<sup>34</sup>Michelle Le Baron. *“Cultura e Conflito” em Guy & Heidi Burgess. Além da intratabilidade. Boulder: Consórcio de Informação de Conflitos, 2003.*

<sup>35</sup> *“Negociações Regulatórias: A Experiência Nativa Americana” em Lawrence Suuskind et al. O Manual de Construção de Consenso: um guia abrangente para chegar a um acordo. Thousand Oaks: Sage, 1999.*

<sup>36</sup>pág. 13.

análise em casos e boas práticas que podem servir como forma de partilha de experiências para ajudar na fundamentação e nas reflexões e análises.<sup>37</sup>

Além disso, conflitos dessa natureza têm configuração internacional, transnacional e até cosmopolita,<sup>38</sup> devido à interação de causas e consequências, bem como à diversidade de narrativas, em um cenário complexo, que demanda análise segundo esse caráter sistêmico das questões.<sup>39</sup>

Por fim, dois outros recursos de análise e transformação de conflitos serão úteis e adequados para, em um método *poiético* de reconstruir ou recontar *experiências e memórias passadas*, refletir sobre a *percepção presente das identidades e da relação com os outros e com o meio*,<sup>40</sup> e *expressar desejos sobre o futuro*, inclusive ajudando a propor medidas concretas a serem tomadas, que possam ser realmente alcançáveis, viáveis e se tornem agradáveis.

A *primeira* é a ferramenta de *Investigação Apreciativa*,<sup>41</sup> pois permite a autorreflexão ao mesmo tempo em que as pessoas envolvidas interagem, dialogam.

O *último* é o procedimento performático e criativo *de traçar um mapa* do espaço social, econômico, político, cultural e ambiental. Cada um dos atores é convidado a desenhar e construir em uma parte de uma longa plataforma, por exemplo, uma longa folha de papel, sua percepção ou representação de seu próprio espaço e tempo vivenciado, bem como seus próprios desejos sobre a transformação, manutenção ou melhoria do mesmo espaço e tempo vivenciado.<sup>42</sup> Ao desenhar sua própria peça ou contribuição, também é convidado a compartilhar ideias e interagir com o próprio grupo ou, ainda, com outros grupos e participantes. Após cada participante finalizar sua contribuição, ele é convidado a caminhar pela produção coletiva do espaço e do tempo, realizando uma visita ao seu próprio espaço e tempo vivenciado.<sup>43</sup>Essa experiência de aproximação e distanciamento, realizando a

<sup>37</sup>Roy J. Lewicki et ai (ed.). *Fazendo Sentido de Conflitos Ambientais Intratáveis: Quadros e Casos*. Washington: Island Press, 2003; Louis Lebel et ai. *Democratizando a Governança da Água na Região do Mekong*. Chiang Mai: Mekong Press, 2007.

<sup>38</sup>Oliver Ramsbotham; Tom Woodhouse & Hugh Mail. “*Parte II: Resolução de Conflitos Cosmopolitas*” em *Resolução de Conflitos Contemporâneos*. Cambridge UK: Polity, 4<sup>a</sup> ed., 2016.

<sup>39</sup>Norberto Ropers. “*Transformação sistêmica de conflitos: reflexões sobre o conflito e o processo de paz no Sri Lanka*” em Daniella Körppen et al. (ed.). *Diálogo do Manual de Berghof n. 6. Uma Abordagem Sistêmica para Transformação de Conflitos: Explorando Forças e Limitações*, 2008.

<sup>40</sup>A importante concepção e categoria de *alteridade* ou *alteridade*.

<sup>41</sup>Rodney Jackson e Rinchen Wangchuk. “*Vinculando a conservação do leopardo da neve e a resolução de conflitos entre pessoas e animais selvagens: medidas de base para proteger o leopardo da neve ameaçado da retribuição dos pastores*” em *Endangered Species Update*, Vol. 18 n. 4/2001 pág. 138-141

<sup>42</sup>Henrique Bergson. *Matière et Mémoire*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 72 ed. 1965.

<sup>43</sup>Nesse sentido, foi de grande valia a descrição e análise de métodos de *Análise de Conflitos e Transformação de Conflitos*, grandes campos de prática e erudição, pela Professora Martine Miller, bem como a importante descrição do Professor Khin A experiência de Khin Lwin no Diálogo Inter-religioso.

experiência do espaço e do tempo, pode auxiliar na imaginação e na criação de um novo e transformado espaço público ou político, e até de novos e desejáveis tipos de relação com o outro e com a natureza.

A articulação dessas performances, em um cenário seguro e livre de atividades interativas <sup>44</sup>certamente auxilia no objetivo principal de unir diversas experiências, tempos e espaços, percepções e desejos sobre eles.<sup>45</sup>

As pessoas percebem que um mundo novo e melhor está ao seu alcance.

No entanto, é importante levar em conta o fato de que, embora nossa percepção da realidade nos leve a entender o Mundo como experiência simultânea, os processos na superfície e sob essa experiência envolvem tempos ou durações ou períodos diferentes.

Alguns aspectos da realidade estão sujeitos a movimentos e mudanças de longo prazo, outros de médio e curto prazo. O que tem sido chamado de temporalidades estruturais.<sup>46</sup>Nossa necessidade e ansiedade de lidar com os problemas como se eles pudessem ser resolvidos de forma convergente e simultânea pode levar à decepção.

Se estamos preocupados em alcançar soluções sustentáveis, devemos admitir que a melhor forma de atingir as expectativas é compartilhar não apenas a capacidade de propor ideias, mas principalmente as responsabilidades para com sua implementação. O que significa criar um processo aberto de monitoramento com múltiplas possibilidades de adaptação e até de transformação de planos previamente decididos. Nossas ações para solucionar os problemas trarão aos atores novas possibilidades, lhes darão a oportunidade de inventar alternativas, que encontrarão principalmente durante o processo de implementação dos planos.

Esta evolução constante determina a adaptação permanente às novas circunstâncias. Melhor manter vínculos rígidos com referenciais sociológicos e até práticos, a abordagem histórica e o *método poiético* podem auxiliar no movimento de aceitação de que a realidade não é um dado, mas um processo de produção, de rastreamento de significados. Isso é particularmente importante quando pensamos na relação entre o meio ambiente e os seres

---

<sup>44</sup>Onde as pessoas podem expressar suas emoções, mas acima de tudo são capazes da experiência de rir juntos. Henrique Bergson. *Le Rire: Essai sur la Signification du Comique*. Caen: Brun, 2011.

<sup>45</sup>Georges Didi-Huberman. *Survivance des Lucioles*. Paris: Éditions de Minuit, 2009.

<sup>46</sup>Fernando Braudel. «*Histoire et sciences sociales. La longue durée*», in *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, vol.13, n.4, 1958 ; Ernest Labrousse. *Esquisse du mouvement des prix et des rendimentos na França no século XVIII*. 2 Vol. Paris: Librairie Dalloz, 1933. Reinhart Kosellek. *Futuros Passados: Sobre a Semântica do Tempo Histórico*. Cambridge: Instituto de Tecnologia de Massachusetts, 1985; Immanuel Wallerstein (ed.). *Análise de Sistemas Mundiais: Teoria e Metodologia*. Beverly Hills: Sage, 1982 Carlo Ginzburg. *Pistas, Mitos e o Método Histórico*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989; Peter Burke (ed.). *Novas Perspectivas da Escrita Histórica*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1991; Krzysztof Pomian. *L'Ordre du temps*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

humanos que estão engajados em uma relação de conflito permanente e em constante mudança.

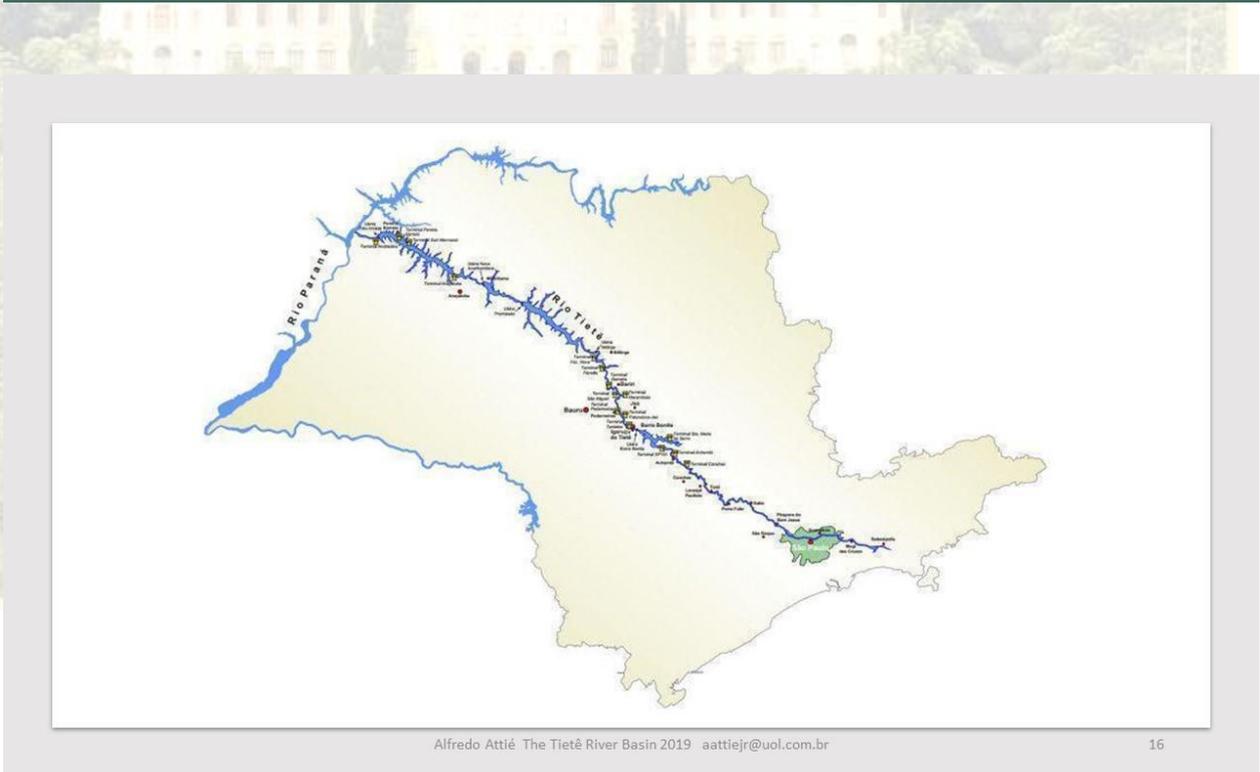
Seria um modo de transformar uma crise permanente em superação de antagonismos estruturais, pela construção de um mundo novo, com base nas percepções e ações dos parceiros de um Rio que pode se tornar verdadeiramente o centro da transformação e da renovação da vida.



Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br

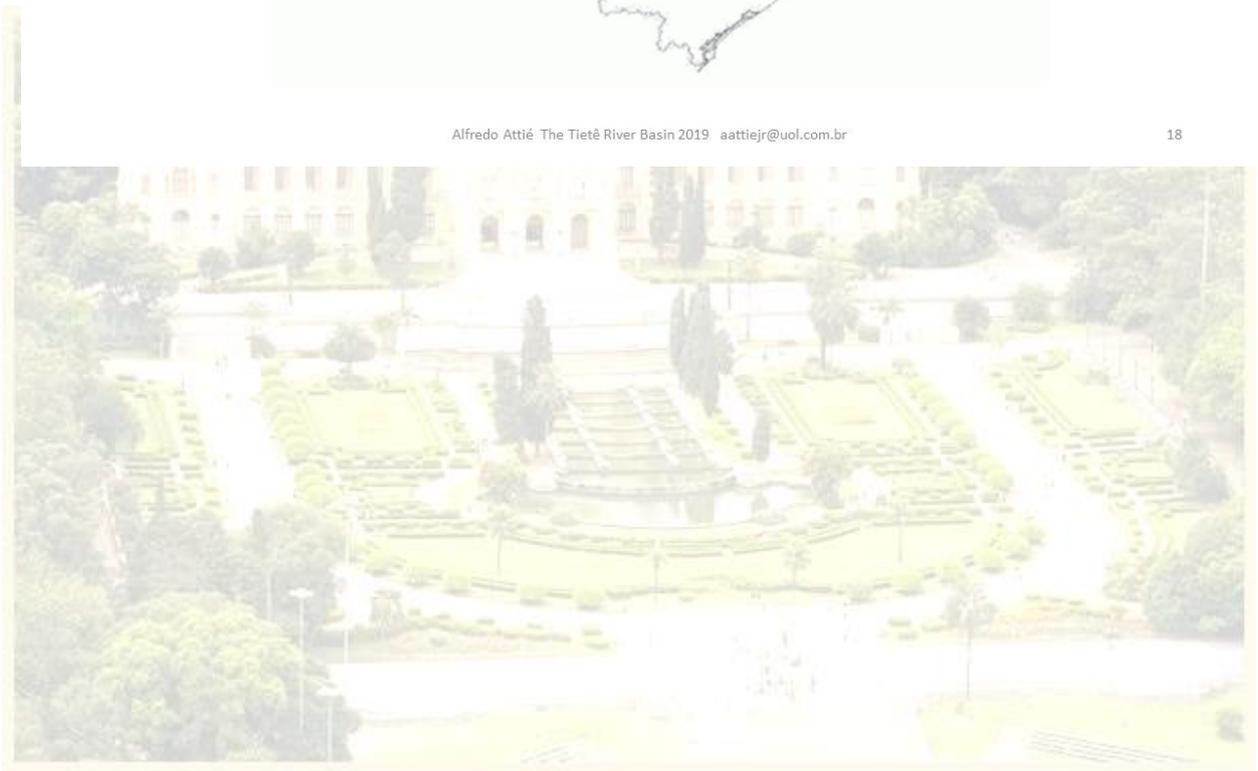
4

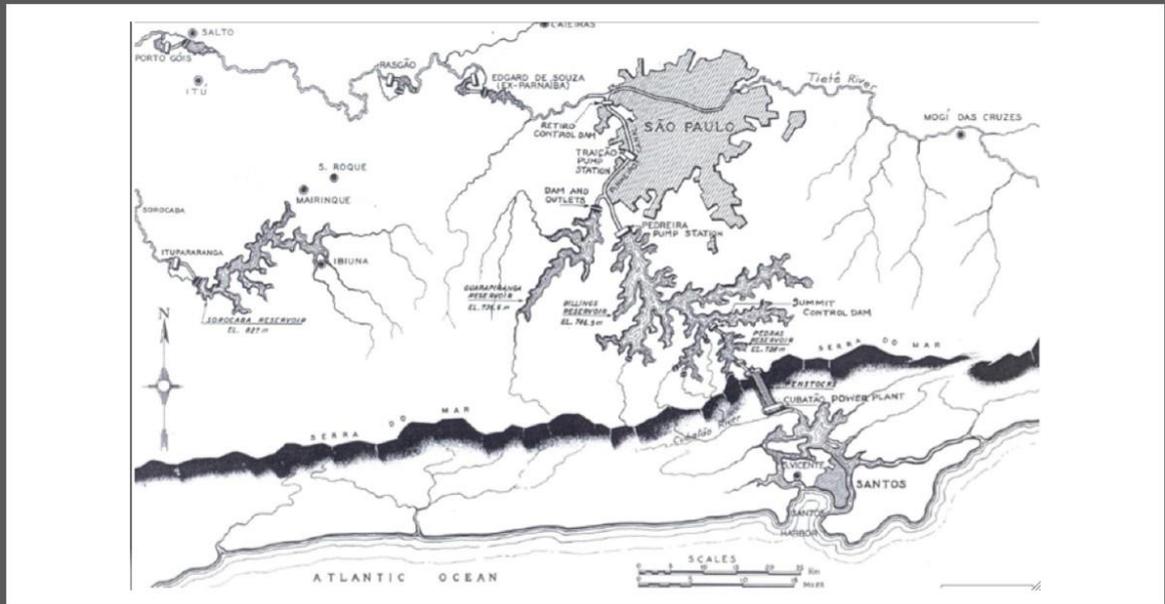




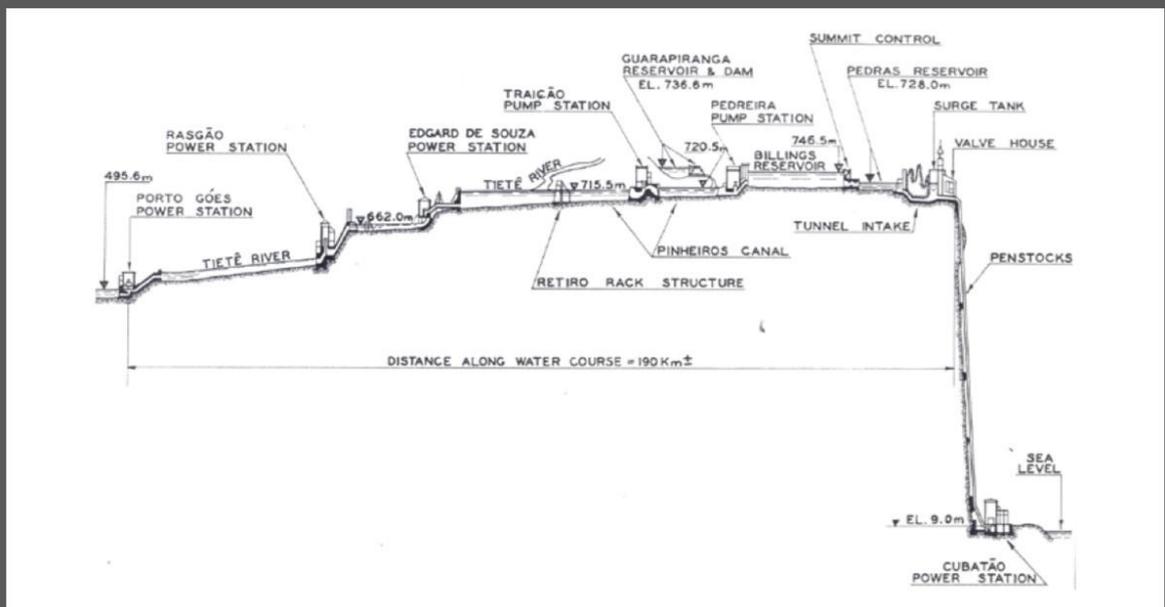


Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br





Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br

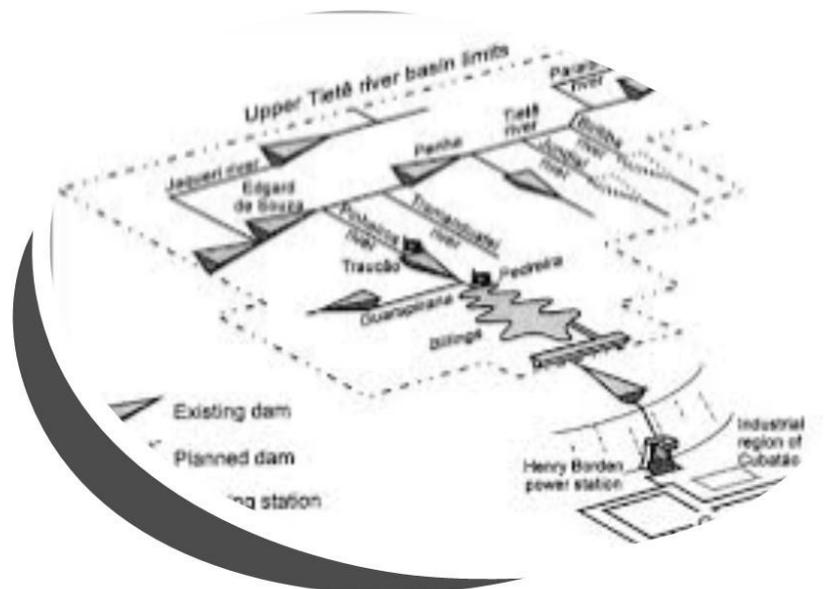


Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br



Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br

20



Alfredo Attié The Tietê River Basin 2019 aattiejr@uol.com.br

23

## BIBLIOGRAFIA

Andrade, M. (1922). Pauliceia Desvairada.

Attíe, Alfredo. (2018) Montesquieu. Lisboa: Chiado Books.

Attíe Jr, Alfredo. (2003) Reconstrução do Direito. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

Attíe, Alfredo. (2022) Towards International Law of Democracy. Valencia: Tirant Lo Blanch.

Attié, Alfredo. (2022) “*Liberdade Dissensão Sublevação movimentos, sentimentos e versões da política e do direito*” in Solon, A. et al (coord.) *Múltiplos Olhares sobre o Direito*. São Paulo: Quartier Latin, p. 547-575.

Attié, Alfredo. (2022) “*Regime di Stato e Regime di Mercato: Diritti e Doveri nella Costruzione della Democrazia*” in M. C. De Cicco (coord). *I Doveri nell’Era dei Diritti, tra Etica e Mercato*. Napoli: Editoriale Scientifica, p. 74-93.

Banco Mundial (2017). *Governança e Direito*. Washington, DC.

Bergson, H. (1965). *Matière et mémoire*. Paris: Les Presses Universitaires de France.

Bergson, H. (2011). *Le rire: essai sur la signification du comique*. Caen: Brun.

Braudel, F. (1958). *Histoire et sciences sociales. La longue durée*. In *Annales : Économies, Sociétés, Civilisations*, vol.13(4).

Burke, P. (1991). *Novas perspectivas da escrita histórica*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Didi-Huberman, G. (2009). *Survivance des Lucioles*. Paris: Éditions de Minuit.

Freire, P. (2000). *Pedagogy of the Oppressed*., New York, NY: Continuum.

Ginzburg, C. (1989). *Pistas, mitos e o método histórico*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989;

Hoffmann, Y. (2018). *Poemas Japoneses sobre a Morte*. Tóquio: Tuttle.

Jackson, R., & Wangchuk, R. (2001). Vinculando a conservação do leopardo da neve e a resolução de conflitos entre pessoas e animais selvagens: medidas de base para proteger o leopardo da neve ameaçado da retribuição dos pastores. In *Endangered Species Update*, vol. 18(4).

Kosellek, R. (1985). *Futuros passados: sobre a semântica do tempo histórico*. Cambridge: Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Kumar, S. (2018). *Um dicionário etimológico de palavras de empréstimo tamil em inglês, hindi, sânscrito, grego, minoan e cypro-minoan languages* (2a ed.).

Labrousse, E. (1933). *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII Siècle* (vol. 2). Paris: Librairie Dalloz.

LeBaron, Michelle and Bruce Grundison. 1993. *Conflict and Culture: Research in Five Communities in British Columbia, Canada*. Victoria, British Columbia: University of Victoria Institute for Dispute Resolution.



Lebel, L. *et al.* (2007). Democratizando a governança da água na região do Mekong. Chiang Mai, Tailândia: Mekong Press.

Lederach, J. P. (1996). Preparando-se para a Paz: Transformação de Conflitos entre Culturas. Siracusa: Syracuse University Press.

Lewicki, R. J. *et al.* (2003). *Fazendo sentido de conflitos ambientais intratáveis: quadros e casos*. Washington, DC: Island Press.

Pestalozzi, H. *Werke* (vol. 13).

Pomian, K. (1984). *L'Ordre du temps*. Paris: Éditions Gallimard.

UNEP. (2007) *Hydropolitical Vulnerability and Resilience along International Waters*. Nairobi: UNEP/Universidad Nacional de Costa Rica/State University of Oregon.

Ramsbotham, O., Woodhouse, T., & Mail, H. (2016). Parte II: Resolução de Conflitos Cosmopolitas. In *Resolução de Conflitos Contemporâneos*. Cambridge, UK: Polity.

Ropers, N. (2008). Transformação sistêmica de conflitos: reflexões sobre o conflito e o processo de paz no Sri Lanka. In Körppen, D. *et al.* (ed.). *Diálogo do Manual de Berghof n. 6. Uma Abordagem Sistêmica para Transformação de Conflitos: Explorando Forças e Limitações*.

Rosa, J. G. (1956). *Grande sertão: veredas*.

Suuskind, L. *et al.* (1999) *Negociações regulatórias: a experiência nativa americana*. In *O manual de construção de consenso: um guia abrangente para chegar a um acordo*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Ueshiba, M. (2018) *The Art of Peace*. Boulder, CO: Shambala.

Vasconcelos, S. G. T. (1996) *A Magia das Palavras: João Guimarães Rosa e o Sertão*. In *Estudos Portugueses (vol. 12)*. Cambridge, UK.

Wallerstein, I. (1982). *Análise de sistemas mundiais: teoria e metodologia*. Beverly Hills, CA: Sage.

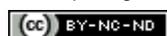
All Rights Reserved © Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito

ISSN da versão impressa: 2236-5796

ISSN da versão digital: 2596-111X

[academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br](mailto:academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br)

[www.apd.org.br](http://www.apd.org.br)



This work is licensed under a [Creative Commons License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)